



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

VIII Legislatura

Número: 65

III Sessão Legislativa

Horta, Quinta-Feira, 15 de Fevereiro de 2007

Presidente: *Deputado Fernando Menezes (substituído no decorrer da Sessão pela Vice-Presidente Deputada Fernanda Mendes)*

Secretários: *Deputados António Loura e Cláudio Lopes*

Sumário

(Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 20 minutos)

Período de Tratamento de Assuntos Políticos

Iniciado o período para tratamento de assuntos de interesse político relevante usaram da palavra os Srs. Deputados António Pedro Costa (*PSD*), Paulo Gusmão (*Indep.*), José San-Bento (*PS*), Rogério Veiros (*PS*), António Marinho (*PSD*), José Rego (*PS*), Ana Isabel Moniz (*PS*), Francisco Coelho (*PS*), Clélio Meneses (*PSD*), Nélia Amaral (*PS*), Maria José Duarte (*PSD*) e ainda o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*) e o Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais (*Domingos Cunha*).

Agenda da Reunião

1- Proposta de Decreto Legislativo Regional – “Regime jurídico de angariação de receitas para fins de beneficência e assistência ou

investigação científica a elas associadas, na Região Autónoma dos Açores”.

Participaram no debate o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*) e os Srs. Deputados Manuel Avelar (*PS*) e Maria José Duarte (*PSD*).

Submetida à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade.

2- Projecto de Resolução – “Encerramento de consulados nos Estados Unidos da América”.

Apresentado o projecto pelo Sr. Deputado António Pedro Costa (*PSD*), iniciou-se o debate no qual participaram os Srs. Deputados José San-Bento (*PS*), Pedro Gomes (*PSD*), Artur Lima (*CDS/PP*), José Manuel Bolieiro (*PSD*).

Submetido à votação, o Projecto de Resolução foi rejeitado por maioria.

3 – Relatório sobre as medidas já implementadas e das que visam prosseguir tendo em vista o aproveitamento dos recursos eólicos dos Açores com vista à produção de energia, conforme Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, n.º 2/2006/A, de 23 de Fevereiro;

Apresentado o relatório pelo relator da Comissão, Sr. Deputado Henrique Ventura (*PS*), usaram de seguida da palavra os Srs. Deputados Artur Lima (*CDS/PP*), Carla Bretão (*PSD*) e José Rego (*PS*), bem como o Sr. Secretário Regional da Economia (*Duarte Ponte*).

4 – Pedido de autorização para prestar depoimento na qualidade de testemunha o Sr. Deputado Mark Marques (processo n.º 8/06.21 BVLS), o qual foi aprovado por unanimidade.

5 – Proposta de Deliberação que declara findo o período legislativo de Fevereiro.

A proposta foi aprovada por unanimidade.

(Os trabalhos terminaram às 20 horas)

Presidente: Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo, bom dia.

Vamos começar os nossos trabalhos com a chamada dos Srs. Deputados.

Eram 15 horas e 25 minutos.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados

Partido Socialista (PS)

Alberto da Silva Costa

Ana Isabel Damião de Serpa Arruda Moniz

António Gonçalves Toste Parreira

António José Tavares de Loura

Catarina Paula Moniz Furtado

Cláudia Alexandra Coelho Cardoso Meneses da Costa

Fernanda Correia Garcia Trindade

Fernando Manuel Machado Menezes

Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral

Guilherme de Fraga Vicente Nunes

Hélder Guerreiro Marques Silva

Henrique Correia Ventura

Hernâni Hélio Jorge

José Carlos Gomes San-Bento de Sousa

José de Sousa Rego

José Gabriel Freitas Eduardo

José Gaspar Rosa de Lima

José Manuel Gregório de Ávila

Lizuarte Manuel Machado

Manuel Avelar Cunha Santos

Manuel Herberto Santos da Rosa

Manuel Soares da Silveira

Maria Fernanda da Silva Mendes

Maria Piedade Lima Lalanda Gonçalves Mano

Mariana Rego Costa de **Matos**
Nélia Maria Pacheco **Amaral**
Nuno Alexandre da Costa Cabral **Amaral**
Rogério Paulo Lopes Soares **Veiros**

Partido Social Democrata (PSD)

Aires António Fagundes dos **Reis**
Alberto Abílio Lopes **Pereira**
António Augusto Batista Soares **Marinho**
António Lima Cardoso **Ventura**
António Maria da Silva **Gonçalves**
António Pedro Rebelo **Costa**
Carla Patrícia Carvalho **Bretão** Martins
Cláudio José Gomes **Lopes**
Clélio Ribeiro Parreira Toste **Meneses**
Jaime António da Silveira **Jorge**
Jorge Alberto da **Costa Pereira**
José Manuel Avelar **Nunes**
José Manuel Cabral Dias **Bolieiro**
Luís Henrique da **Silva**
Maria José Botelho de Viveiros da Silva Lemos **Duarte**
Mark Silveira **Marques**
Pedro António de Bettencourt **Gomes**
Sérgio Emanuel Bettencourt **Ferreira**

Partido Popular (CDS/PP)

Artur Manuel Leal de **Lima**

Deputado Independente (Ind.)

Paulo Domingos Alves de **Gusmão**

Presidente: Estão presentes 48 Srs. Deputados.

Vamos dar sequência às intervenções que já vêm de ontem.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Pedro Costa.

Peço à Sra. Vice-Presidente o favor de me substituir na Mesa.

(Neste momento, o Sr. Presidente foi substituído na Mesa da ALRAA pela Sra. Vice-Presidente, Deputada Fernanda Mendes)

Deputado António Pedro Costa (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

José Bruno Tavares Carreiro foi, em vida, um destacado defensor dos Açores, da Autonomia e de uma solução arrojada de auto governo.

Como homem e cidadão cujo legado político, cultural e jornalístico é reconhecido, não pode ser ignorado pelo Parlamento Regional, nesta fase da nossa Autonomia Política, quando se celebram os simbólicos 50 anos sobre a sua morte.

Lutador incansável pelo ideal autonómico, José Bruno Tavares Carreiro fundou o Correio dos Açores, em 1 de Maio de 1920, imbuído de um espírito que influenciou o conceito do jornalismo de causas, pertencendo ao grupo de açorianos que recebeu o testemunho da geração autonomista de 1895, de quem foi amigo mormente de Aristides Moreira a Mota.

Filho de um açoriano, José Bruno Tavares Carreiro nasceu em Coimbra e casou com uma terceirense, o que lhe facilitou a aproximação com as elites intelectuais da Ilha Terceira, na concertação das estratégias dos então autonomistas açorianos.

Por isso, evocar a sua memória é mostrar aos mais novos, não apenas a grande lição que ele nos deixou de combatividade e de luta por causas colectivas, como também apontar para a necessidade de envolvimento de todos os açorianos nos grandes objectivos da nova Autonomia Política e Administrativa dos Açores.

No passado, a defesa dos ideais autonómicos gerou grandes paixões, tendo a imprensa desempenhado um papel determinante no debate dos princípios e nas linhas mestras do estatuto da Autonomia. A reflexão e análise aprofundada que eram feitas nos tempos da primeira geração autonómica, bem como nos tempos de José Bruno Tavares Carreiro, tem plena actualidade. Por isso, importa recolocar este debate na ordem do dia, dado que a Autonomia é um tema nuclear, envolvendo toda a comunidade açoriana e é uma conquista que deve continuar a ser aperfeiçoada, pois é um processo nunca acabado, ou cristalizado.

Como afirmou o Reitor da Universidade dos Açores, no colóquio de homenagem a José Bruno Tavares Carreiro, “a construção da unidade exige que os autonomistas, em especial os políticos façam do seu discurso um compromisso com os Açores e nunca um veículo de ideários ou de estratégias nacionais. A obtenção da unidade sucederá quando o entendimento entre os açorianos superar as diferenças de opinião, fruto da livre expressão das nossas sensibilidades” e adiantou: Quero com isto significar que é preciso cuidar da autonomia, ou seja, é preciso discuti-la e, se os políticos se dissipam entre o mediatismo quotidiano, compete aos intelectuais a condução do debate mesmo que este cause incómodo – que causa sempre – aos donos dos poderes, sejam estes de que natureza forem”.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Trazemos a conceituada figura de José Bruno Tavares Carreiro aqui à Assembleia Legislativa, por se tratar de uma voz, cujo pensamento ainda hoje se mantém actual e que deverá inspirar a nova geração de autonomistas. A José Bruno Tavares Carreiro se deve o contributo na elaboração do conceito de “consciência açoriana”, na preparação do Decreto de 16 de Fevereiro de 1928, que outorgou o novo estatuto das Juntas Gerais dos Distritos Autónomos dos Açores e foi pela sua voz que se deu corpo à denúncia da asfixia financeira das mesmas Juntas Gerais, transformadas no seu entender em “meras pagadorias”.

Pensador e homem de acção, liberal e jurista, José Bruno Tavares Carreiro, deixou marca em sucessivas gerações, tendo sido ainda um apaixonado pela literatura e pelo teatro.

Trata-se de uma figura incontornável na nossa história recente e, por isso, merece o apreço das actuais gerações. A sua defesa do desenvolvimento dos Açores passava pela coesão entre as ilhas e pelo grau de união dos açorianos e defendia que não era um favor da metrópole, mas uma questão de ponto de honra, de lei, de justiça e de direito.

Como no passado, a vontade do povo açoriano, depois do 25 de Abril, plasmada nos nossos Órgãos de Poder Próprio (Parlamento e Governo Regional), que nos possibilita a livre administração dos Açores pelos Açorianos é um lema que se conquista diariamente, atravessa gerações e deve pautar-se pelo aprofundamento permanente das relações entre os Açores e Lisboa.

Deputado Pedro Gomes (PSD): *Muito bem!*

O Orador: As diversas revisões da Constituição da República, designadamente a de 2004, vieram provar que há sempre a possibilidade de se continuar a melhorar muitos conceitos do edifício jurídico autonómico, tendo em vista aprofundar a Autonomia e aperfeiçoar a democracia nos Açores.

A última revisão de 2004 não encerrou, por isso, o debate e o aprofundamento da Autonomia Política e Administrativa, dado que o exercício de novas competências e a vontade de aperfeiçoar os mecanismos institucionais devem continuar a merecer a nossa atenção e debate.

Deputados Pedro Gomes e Clélio Meneses (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Presidente da Assembleia da República, na intervenção que fez na cerimónia que entrega, a título póstumo, da Medalha de Ouro do Município de Ponta Delgada, referiu que, ao tempo de José Bruno Tavares Carreiro

havia uma luz acesa, durante a noite na Rua do Gaspar. Incerta, trémula, talvez esmaecida, essa luz de pensamento e reflexão não se extinguiu.

Por isso, é um dever das actuais gerações, lembrar os que no passado fizeram a defesa da autonomia regional, com o seu espírito e ousadia, porquanto não podemos deixar que se extinga a luz e o simbolismo da reflexão sobre os ideais autonómicos, que é uma forma de pedagogia da Autonomia, se não quisermos contribuir para o crescente clima de indiferentismo, face aos valores legados também por Tavares Carreiro.

Ao evocar desta tribuna o nome de José Bruno Tavares Carreiro, prestamos uma homenagem, uma sentida homenagem, ao escritor, ao jornalista e ao autonomista, quando se comemora os 50 anos do seu falecimento.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, de alguns Deputados da bancada do PS, do Deputado Independente e do Secretário Regional dos Assuntos Sociais)

Presidente: Estão abertas as inscrições.

Estão inscritos os Srs. Deputados Paulo Gusmão e José San-Bento.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Gusmão.

(*) Deputado Paulo Gusmão (Indep.): Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Quero saudar vivamente o Sr. Deputado António Pedro Costa pelo voto que trouxe a esta Assembleia. Se há, de facto, personalidades que merecem esta saudação, que merecem que a Assembleia Legislativa se pronuncie, são aquelas que fizeram a história da Autonomia.

A história da Autonomia, por mais que seja reescrita de outras maneiras, não começou há meia dúzia de anos.

A história da Autonomia tem mais de um século de existência.

A história da Autonomia se fez com homens com coluna vertebral, com homens que, defendendo vivamente aquilo em que acreditavam, foram

fazendo caminho e foi esse caminho que nos permitiu, numa situação de instabilidade política no país, exercermos o nosso direito próprio autonómico.

Neste voto de saudação, não conseguiremos elogiar a personalidade sem elogiar o pensamento, porque o pensamento deve ser reportado – e muito bem disse o Sr. Deputado António Pedro Costa – aos dias de hoje, porque muito daquele que foi o fundamento da nossa Autonomia vai “beber” aí os seus fundamentos.

A consciência açoriana é um conjunto de pensamentos, de realidades, de princípios, é uma forma de estar, uma forma de ser que hoje, em 2007, vale a pena continuar a pensar se esta Autonomia serve para respeitar a consciência açoriana? Vale a pena, de uma forma sincera, pensar se Autonomia não continua a ser, de certo modo, o tal pagador que já era a Junta Geral, hoje com maior expressão e administração, mas se nas questões sociológicas, se nas questões da vivência dos próprios açorianos, a Autonomia já dá resposta de modo diferente e de modo equivalente àquilo que pensam os açorianos e não uma mera cópia daquilo que é o país?

São estes pequenos considerandos, e pedindo desculpa até ao autor da proposta aqui apresentada, ao homem e não ao pensamento, que julgo que devem ser também motivo para nós fazermos essa reflexão e, portanto, manifestar aqui não só o meu voto favorável, mas o meu apreço por ter trazido este voto.

Presidente: Antes de passar a palavra ao Sr. Deputado eu gostaria de fazer um esclarecimento ao Sr. Deputado Paulo Gusmão...

(*) **Deputado Paulo Gusmão (Indep.):** Sra. Presidente, eu sei perfeitamente que não é um voto. A intervenção é um voto de saudação. Ainda não peguei de cabeça. Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José San-Bento.

(*) **Deputado José San-Bento (PS.):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Gostaríamos também de saudar o Sr. Deputado António Pedro Costa pela sua intervenção e pela evocação que aqui fez do Dr. José Bruno Tavares Carreiro, uma grande personalidade política do nosso país (é bom que se diga isto!), nascida em Coimbra, mas que escolheu viver nos Açores, em São Miguel e, por isso mesmo, foi um insigne açoriano e um grande autonomista. O Sr. Deputado António Pedro Costa fez uma descrição interessante da vida e da obra de José Bruno Tavares Carreiro. Eu permitia-me apenas destacar um aspecto que penso que o senhor não falou com enfoque, mas que gostaria de colocar aqui e que julgo que é uma das grandes obras de José Bruno Tavares Carreiro, que foi, de alguma forma, fazer a ligação entre o primeiro movimento autonomista e aquilo que viria a ser a génese de um segundo movimento autonomista e que gerou uma geração de políticos como Carlos César, Jaime Gama, Medeiros Ferreira, Mota Amaral e outros. Essa obra teve uma grande projecção.

José Bruno Tavares Carreiro tem e teve uma vida interessantíssima, sobretudo, porque ele não foi um protagonista político no sentido de se candidatar a cargos, de fundar movimentos políticos e associativos. Teve um outro tipo de intervenção que me parece ser das mais dignas de agitar consciências e de defender as causas em que acreditava.

Fundou, por isso, o Correio dos Açores, que foi um instrumento de referência em termos de difusão dessas ideias e dessas correntes, e teve também um papel muito importante num livro que eu alertaria – não recomendaria porque tenho a certeza que todos conhecem – que foi recentemente reeditado e que é o contributo para uma biografia de Antero de Quental, que é, de facto, uma obra obrigatória.

José Bruno Tavares Carreiro teve também um papel importantíssimo em termos de defender aquilo que lhe parecia ser a melhor forma de exprimir a vontade e a consciência açoriana, que era destruir aquela visão da ditadura, a visão de uns Açores organizados em 3 distritos, virados de costas uns para os outros, e defender uma autonomia, uma Região com 9 ilhas.

Acho interessantíssimo apreciar parte da correspondência de José Bruno Tavares Carreiro, sobretudo uma referência que ele faz a um amigo a propósito de uma comitiva de políticos da República que ele convidou para virem visitar os Açores e ficarem a conhecer a Região Autónoma, pessoas que se deslocaram a diversas ilhas e, um deles, na Ilha da Flores, responde aos seus correligionários no Continente, a propósito da defesa da Autonomia dizendo: “esta gente tem razão”. Portanto, um centralista, um político do Continente, uma pessoa que não tinha consciência para a Autonomia e percebeu que a ideia da Autonomia era válida.

Mesmo a terminar, Sra. Presidente, gostava de referir, e o Sr. Deputado António Pedro Costa também falou nisso, o simbolismo que José Bruno Tavares Carreiro dava ao seu próprio escritório e à sua enorme biblioteca, deixando a luz acesa durante a noite como sinal de permanente criatividade e de permanente busca de ideias e de soluções.

Por isso é justíssimo que paguemos tributo à memória e à obra de José Bruno Tavares Carreiro e também gostava de dizer, a propósito de algumas das referências que fez o Sr. Deputado Paulo Gusmão, que, no que diz respeito ao PS e à nossa bancada, não nos assola qualquer dúvida em relação àquilo que nós temos que continuar a fazer pela nossa Autonomia.

É bom relembrar que nós estamos a rever o nosso Estatuto Político-Administrativo. Portanto, é mais um momento para aprofundarmos e para pagarmos tributo a estes grandes vultos da nossa Autonomia e também não tenho dúvida que se José Bruno Tavares Carreiro, hoje, fosse vivo, estaria certamente orgulhoso da nossa Autonomia e da nossa Assembleia.

Muito obrigado.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Rogério Veiros.

Deputado Rogério Veiros (PS): Exma. Senhora Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, Exmas. e Exmos. Sras. e Srs. Deputados, Exmos. Srs. Membros do Governo Regional:

Quando se fala da necessidade de uma estratégia de desenvolvimento da ilha de S. Jorge, há um ponto que é consensual: urge superar a quase total dependência da ilha da produção de produtos lácteos.

Quando falamos em superar essa dependência não pretendemos afirmar que se devem desenvolver outros sectores da economia paralelamente e em detrimento ao da fileira do leite. Isso seria um erro, na medida em que a competitividade de S. Jorge, a nosso ver, depende da capacidade de valorização dos seus próprios recursos e é incontornável a vocação histórica, natural e cultural desta ilha para a produção do leite, sobretudo daquele que é por excelência um produto âncora do mix de produtos lácteos açorianos, o Queijo de São Jorge. O que é necessário é capitalizar este recurso de forma a incentivar o aparecimento e o crescimento de outros sectores económicos.

Passo a citar “Ideias Estratégicas Para o Desenvolvimento Sustentável da Ilha de S. Jorge - Relatório elaborado para a Secretaria Regional do Ambiente dos Açores”, no âmbito da Cadeira de Gestão de recursos dos Cursos de Pós-graduação e Mestrado em Ordenamento do Território e Planeamento Ambiental, Maio 2004, Edição digital da Ecoteca de S. Jorge, 2005:

“Trata-se de captar novos recursos e valências, que irão reforçar a competição com outros espaços territoriais. O desenvolvimento de S. Jorge depende muito da capacidade de aproveitar as potencialidades endógenas do território e essas passam pelo conhecimento e valorização das suas especificidades e distintas formas de vida e culturas territoriais. Num mundo onde se diluíram as fronteiras, a competitividade dos territórios depende actualmente da valorização dos seus recursos endógenos, sendo que o território surge ele próprio como recurso e não como espaço que, pura e simplesmente, pode ser utilizado para a instalação de qualquer actividade económica.”

Nesta perspectiva, os recursos turísticos de S. Jorge são fundamentalmente dois:

- a paisagem natural e

a cultura local que resultou de centenas de anos de interacção da população com o espaço físico da ilha, em condições de profundo isolamento. O mesmo documento refere: “Entender o património cultural da ilha de S. Jorge como um recurso significa assim entendê-lo, não só na perspectiva da sua preservação, necessária à própria cultura e identidade de uma comunidade/território, mas também na perspectiva da sua utilização económica como meio para o desenvolvimento sustentável.

- O Leite deve ser encarado como um recurso com um enorme potencial, capaz de arrastar outros sectores:

- ambiental (através das paisagens características da “monocultura” da Vaca);

- económico (ao nível do desenvolvimento turístico, além da produção de lacticínios);

- social (os novos serviços turísticos que este recurso poderá oferecer irão criar novos postos de trabalho e novas formas de atracção e enraizamento da população Jorgense à sua ilha) e

- cultural, na afirmação de uma identidade única.”

Em suma, a produção de leite continuará efectivamente a ser a principal fonte de rendimento da ilha de S. Jorge, mas enquadrado numa perspectiva de desenvolvimento sustentável, quer dizer, terá de se inserir num quadro de diversificação da actividade económica, que ela própria gera, e integrada num modelo de um desenvolvimento que “satisfaça as necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as futuras gerações satisfazerem as suas próprias necessidades” – citei “O nosso Futuro Comum”, Comissão Mundial para o Ambiente e o Desenvolvimento, 1987

Esta perspectiva tem vindo, nos últimos anos, a gerar cada vez maior convergência de opiniões dos jorgenses.

Contudo, o que nos faltou, até há bem pouco tempo, foi a determinação de uma estratégia que permitisse consubstanciar as implicações desta análise de forma a abandonarmos esta fase em que nos encontramos, caracterizada pela multiplicação de esforços dispersos e acções e/ou reacções casuísticas e

desarticuladas. São de louvar algumas das tentativas levadas a cabo por alguns parceiros, contudo, enquanto forem projectos isolados, executados na maior parte das vezes por entidades externas, mas que não conhecem a dinâmica territorial, correm o forte risco de estar condenadas ao fracasso, não passando infelizmente do papel, mas custando em alguns casos muito dinheiro.

Exma. Senhora Presidente, Exmas. e Exmos. Sras. e Srs. Deputados, Exmos. Srs. Membros do Governo Regional:

Como é do conhecimento de V. Exas., o Plano Nacional de Desenvolvimento Rural (PNDR) para 2007 – 2013, definindo o contexto estratégico da política de desenvolvimento rural e as “orientações estratégicas comunitárias” tem, entre outros objectivos, o «Reforço da coesão territorial e social» e a «Melhoria da qualidade de vida e diversificação da economia nas zonas rurais» assente em princípios de valorização do património rural e de diversificação de actividades complementares à agricultura.

Ora este período de programação financeira, é sem dúvida uma oportunidade única para o desenvolvimento de São Jorge e sobretudo das Ilhas da Coesão, numa conjuntura criada por este Governo Regional, com políticas específicas de apoio ao investimento e de criação de vantagens comparativas com as outras economias Regionais.

É consensual que o desenvolvimento do sector turístico é fundamental para os Açores e neste particular para a ilha de São Jorge, contudo, é fundamental para os turistas que nos visitam a forma como são recebidos. Neste sentido será crucial que a população tenha consciência que os turistas, sendo estrangeiros à terra, devem ser integrados na vida local durante a sua estadia. Os melhores agentes turísticos são os jorgenses, que valorizam a sua cultura e fazem renascer hábitos, que promovem o património da nossa terra.

Não há publicidade mais barata e técnica de marketing mais eficiente do que este efeito difusor natural.

Uma economia pequena como São Jorge não pode sobreviver e desenvolver-se apenas com investimentos estruturais e estratégicos do Governo Regional, nem tão pouco com dois ou três investimentos de privados isolados e muito menos das políticas fortuitas de desenvolvimento municipais. Depende, sim, de um esforço concentrado, onde todos os parceiros se unem, valorizando os recursos endógenos disponíveis, daí resultando um processo de excelência que conta com os residentes como mais valia e principais actores. No desenvolvimento sustentável de São Jorge o principal motor não é o turismo ou o leite, mas sim o Jorgense integrado no seu espaço.

Exma. Senhora Presidente, Exmas. e Exmos. Sras. e Srs. Deputados, Exmos. Srs. Membros do Governo Regional:

Fruto de diversos estudos, de muitas discussões e debates, reuniões, e sobretudo da acção da Ecoteca de São Jorge, surgiu um projecto que visa apoiar e desenvolver, novas actividades, nomeadamente a componente da animação turística em São Jorge, através da sua valorização e preservação natural e cultural, o projecto do ECOMUSEU DA ILHA DE S. JORGE.

Este projecto garante a S. Jorge a salvaguarda de um plano estratégico que articula a preservação do ambiente, a revitalização da cultura local, a coesão social e o turismo sustentável.

Embora ainda em fase de instalação, o Ecomuseu já deu provas de capacidade de mobilização e animação local contribuindo para valorizar S. Jorge enquanto destino turístico. Por força da sua realização enquanto equipamento de animação sócio-cultural este projecto revelou-se capaz de se tornar estruturante numa estratégia de desenvolvimento integrado e sustentável da Ilha de S. Jorge, ao ponto de ter merecido a atenção do jornal americano New York Times (08 de Outubro 2006) que publicou um artigo sobre o programa “Caminhos da Memória” concebido e coordenado pela(o) Ecoteca, pólo de concepção do Ecomuseu da Ilha de S. Jorge.

Sem qualquer custo para a Região este artigo sobre uma nova forma de dinamização dos trilhos de S. Jorge foi posteriormente disponibilizado no site do mesmo jornal, confirmando, uma vez mais, a importância deste

recurso para o desenvolvimento do turismo na Ilha, é de estranhar o facto da imprensa, regional e nacional, não ter dado qualquer relevo ao excelente trabalho que por cá se está a fazer, quando um jornal de referência mundial vem a São Jorge fazer uma reportagem de um trabalho que nos valoriza e enche de orgulho enquanto sociedade insular.

O Ecomuseu da Ilha de S. Jorge, constitui, a nosso ver, a melhor solução até agora encontrada na Região Autónoma dos Açores para se lidar com as medidas governamentais no âmbito da preservação do ambiente, uma vez que promove a consciência ambiental a partir de uma consciência identitária e acima de tudo, da vontade de uma população em preservar essa identidade, ao mesmo tempo que capitaliza essas áreas protegidas enquanto recursos do sector turístico.

Em nosso entender, não deve ser um projecto só de uma Secretaria, mas sim um projecto transversal que envolva Economia/Cultura/Ambiente, pois, como está na moda, as questões ambientais são também uma oportunidade económica e a defesa da nossa identidade historicamente ligada à ilha, é uma característica da nossa Cultura.

Exma. Senhora Presidente, Exmas. e Exmos. Sras. e Srs. Deputados, Exmos. Srs. Membros do Governo Regional:

Obras estruturantes como o Porto de Recreio das Velas, o Porto da Calheta, a remodelação da aerogare e ampliação da pista do Aeródromo, ou a Escola do Topo, são infra-estruturas cruciais neste processo. O parque de campismo e o centro de interpretação ambiental da Caldeira de Santo Cristo, aliados a outros projectos em execução (como a Pousada da Juventude), são exemplos do esforço do Governo Regional para que São Jorge continue integrado no comboio que circula na linha do desenvolvimento sustentável.

Tendo em conta o papel relevante que o Ecomuseu de São Jorge, pode desempenhar no futuro da ilha de São Jorge, cabe agora determinar as suas competências e dotá-lo de personalidade jurídica e económica de forma a poder desempenhar o seu papel de forma mais eficiente. Em nosso entender esta estrutura poderá desempenhar funções importantes para São Jorge,

nomeadamente na área da animação turística, gestão dos trilhos turísticos reclamados por todos mas filhos de ninguém, gestão do futuro centro de interpretação da Caldeira de Santo Cristo, entre outros.

Podemos concluir que este processo poderá contribuir em muito para o desenvolvimento sustentável de São Jorge e é um exemplo daquilo que se pode e deve fazer nos Açores, sem grandes investimentos financeiros, mas com um resultado muito proveitoso para a nossa sociedade em geral.

Disse.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Não havendo inscrições sobre esta intervenção, vamos passar à próxima.

Para o efeito tem a palavra o Sr. Deputado António Marinho.

Deputado António Marinho (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sinceramente, já há poucas coisas que nos surpreendam!

Deputado Francisco Coelho (PS): Ainda bem!

Deputado Nuno Amaral (PS): É da idade!

(Risos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: Está a começar bem e ainda não disse nada!

A sucessão de episódios a que o governo socialista diariamente se associa permite que os açorianos tenham uma percepção clara do descaramento e da impunidade que está instalada.

O dia a dia da actividade governamental é uma maratona eleitoral constante, que nunca se inicia, porque também nunca terminou a antecedente.

Emitir uma opinião discordante, ou apenas duvidosa, em relação aos actos e práticas do governo tornou-se o primeiro passo para cair nas más graças do director regional A, num alvo a incomodar, ou a abater, pelo secretário

regional **B**, ou num insulto a ouvir por parte de um qualquer outro responsável político do governo socialista, mesmo daqueles que deveriam primar por manter uma postura institucional irrepreensivelmente equilibrada. O ataque à oposição, e ao PSD em particular, invade as notas para a comunicação social emitidas pelo governo.

As referências deselegantes povoam também as declarações do Presidente do Governo Regional.

Algumas, de forma completamente despropositada, incluídas em discursos proferidos em cerimónias oficiais viradas para o exterior, que se transformam em verdadeiros comícios partidários onde só os anfitriões são apoiantes, causando o espanto e a incredulidade dos convidados.

Nessas alturas, é a imagem dos Açores que é sacrificada, vencida pela irresistível reacção a propostas e a denúncias certeiras que, sendo dolorosas, se tornaria mais aconselhável serem suportadas com algum recato, dados os “gritos” desesperados que, por norma, provocam.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É verdade, já quase nada nos surpreende!

Não nos admira, por exemplo, que, em Janeiro de 2007, quando tivemos acesso a novos elementos sobre as Contas Regionais, dando-nos conhecimento de valores para 2004, o governo os tenha esquecido. Optou por rever a matéria dada há um ano e meio, quando foram disponibilizados valores até 2003 que, embora com uma base metodológica diferente, reflectiam exactamente a mesma tendência.

Não nos admira, porque é essa a forma de fazer política a que o governo socialista nos habituou: não falar sobre o que o incomoda ou esconder os factos e manipular números que permitam concluir que as suas opções dos últimos anos não se têm traduzido em resultados.

Deputado Pedro Gomes (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Os açorianos têm o direito de conhecer a verdade.

Têm, obviamente, o direito de saber que a nova metodologia deu origem a valores que posicionam a produtividade da Região na orla da média nacional.

É um dado confortante, embora seja apenas estatístico e não corresponda a uma evolução positiva, já que, revertendo tudo para a base actual, se conclui que permanece em valores na mesma ordem dos anos anteriores ou até, se fossem utilizados os valores oficiais definitivos para a população empregada, poderia mesmo constatar-se uma descida de 2003 para 2004.

Têm também o direito de saber que a percentagem do PIB per capita açoriano em relação à média nacional se manteve em 88% entre 2003 e 2004, igualmente com valores decorrentes da alteração de metodologia. Ou seja, que estagnou a convergência com o país.

Têm ainda o direito de saber que, em paridades de poder de compra, a percentagem relativamente à média da União Europeia a 25 prosseguiu o processo de recuo de 68% para 64% verificado entre 2002 e 2003, decrescendo para 63% em 2004. Quer isso dizer que os Açores divergiram por dois anos consecutivos em relação à média europeia, falhando no principal objectivo macroeconómico por todos admitido.

Os açorianos devem conhecer esta verdade. Devem saber que o governo socialista não está a conseguir aproximar a Região dos padrões médios europeus como tinha proposto.

Deputado Clélio Meneses (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Está, pelo contrário, a afastar-se.

Quanto ao resto, em relação ao período anterior a 2004, trata-se apenas de dados que se alteraram pela aplicação de uma diferente metodologia, não existindo, por isso, as evoluções fantasiosas que chegaram a ser avançadas, inclusivamente pelo Sr. Presidente do Governo Regional.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Embora seja lamentável que o governo esconda a realidade dos açorianos, continuamos a não nos surpreender.

Infelizmente, estamos habituados a essa forma obscura de fazer política.

Tudo vale, inclusivamente manobrar números e gráficos, como acontece com alguma informação veiculada em programas do QRESA, conscientemente manipulada.

O governo, deliberadamente, joga com os números para os virar a seu favor e, com isso, desrespeita os açorianos.

Por esse motivo, também não nos surpreendeu uma nota da central de informação do governo socialista, de 31 de Janeiro passado.

Suscitou-nos, apenas, uma profunda indignação!

Aproveitando-se da já anteriormente referida alteração metodológica do INE, e sem qualquer prurido, o Vice-Presidente do Governo Regional resolveu dizer que os dados oficiais que o PSD utilizou na altura da discussão do Plano e Orçamento para 2007 estavam errados.

Introduzindo a confusão, como é seu timbre habitual, misturou valores das duas abordagens metodológicas: antes e após a divulgação do INE, ou seja, antes e depois de 29 de Janeiro de 2007.

Entre outras atoardas, aquela nota referia que, ao contrário do que o PSD afirmou nessa altura, Novembro de 2006, a percentagem do PIB per capita em relação à média nacional em 2003 não era a de 83% conhecida desde Setembro de 2005, mas sim a de 88% divulgada há quinze dias, que a produtividade regional face à média nacional não era de 81%, mas de 103%, ou que em relação à convergência dos Açores para as médias da União Europeia, os Açores não estavam a 61% do PIB da UE a 25, mas sim a 64%. Isto é, a habitual comparação de alhos com bugalhos, arrastando, neste caso, uma manipulação de números tão ou mais irresponsável do que é hábito.

No entanto, a ânsia de protagonismo já amplamente demonstrada pela personalidade em causa levou a que a desvergonha fosse acompanhada de falta de cuidado. O referido membro do governo socialista “esqueceu-se” que os dados invocados pelo PSD aquando da discussão do Plano e Orçamento para 2007 eram, afinal, exactamente iguais aos que o governo utiliza nos programas do QRESA que estão prestes a ser aprovados pelo governo.

Em termos metafóricos, estamos perante uma situação idêntica à da cobra que, em situação desvairada, tenta matar tudo o que a rodeia, mas acaba por se morder a si mesma, sucumbindo ao seu próprio veneno.

Deputado Clélio Meneses (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Estamos perante uma pura desonestidade intelectual.

Neste caso, é também uma gravíssima e inaceitável desonestidade política.

A responsabilidade é de um membro do governo, mas será do governo no seu todo, e da maioria que o apoia, caso não haja uma demarcação clara deste episódio perfeitamente indigno.

É a baixa política, no seu expoente máximo!

É a política assente na criação mediática de situações ilusórias, perfeitamente desmentidas pela realidade sentida pelos açorianos, que dessa forma se vêm diariamente insultados.

É a política dos malabarismos, com impunidade à mistura.

Os açorianos merecem respeito. Não querem a mentira.

São situações como esta que descredibilizam a nobre função que desempenhamos!

Disse

Deputado Pedro Gomes (PSD): *Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Srs. Deputados, neste momento estão inscritos o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional, os Srs. Deputado José Rego, Ana Isabel Moniz e Alberto Pereira

Encerradas as inscrições, tem a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Pensei que a intervenção do Sr. Deputado António Marinho fosse concluída com uma declaração de proposta de extinção do INE.

Deputada Ana Isabel Moniz (PS): *Muito bem!*

O Orador: O PSD, nos últimos tempos, propõe extinguir tudo o que não lhe convém. Realmente teve más notícias.

Curiosamente, a nota que refere limita-se a comparar a vossa fundamentação para não votar e aprovar nesta casa, em Novembro, o plano e o orçamento que tinham como fundamentação os resultados.

O INE veio dizer que os resultados que os senhores usaram para justificar a não existência de resultados, afinal, não eram aqueles.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Para o emprego!

O Orador: A questão base é esta. Afinal, não estávamos em 2003, como os senhores disseram aqui em Novembro, a 61% do PIB da União Europeia. Estávamos a 63%.

Não tínhamos 83% do PIB nacional. Tínhamos 88%.

Não tínhamos 81% da produtividade nacional. Tínhamos 103%. E tínhamos um rendimento disponível das famílias que tinha crescido muito mais que o restante país.

Os senhores caíram no equívoco. Basearam-se nos dados provisórios do INE de 2003 para demonstrar toda a vossa estratégia de falta de resultados. Só que como o próprio nome dizia os dados eram provisórios. A realidade comprovada veio desmontar os vossos dados e veio desmontar a vossa argumentação para votar contra o plano e orçamento. Foi isso que aconteceu. Portanto, compreendemos perfeitamente a vossa incomodidade perante esta situação.

Com certeza, como 61 já não é o dado de 2003, mas 63, vão continuar a dizer que 63 é pouco.

Com certeza que vão dizer que 83% do PIB nacional em 2003 (já não é 88!) é pouco, mas a realidade é esta e só uma.

A vossa argumentação quantitativa que ainda está no vosso site, para quem quiser consultar, nas intervenções que fizeram no encerramento do debate do plano e orçamento para 2007 e que fundamentava o vosso voto contra. Eram números provisórios. Na verdade, o INE veio demonstrar que não eram esses e que, felizmente, a realidade era muito melhor para os Açores.

Agora, não vamos avançar com esta coisa extraordinária, que é falar em mudar a metodologia. Mas nesta metodologia não percebo uma coisa. Não mudaram a metodologia para os Açores. Mas não é a mesma metodologia que mudaram para o país?

Nós não estamos a comparar o PIB dos Açores com o PIB nacional?

Então não venham com esta questão que o PIB sobe de 83 para 88% da média nacional por mudança da metodologia, porque isso é mentira. Porque a mesma metodologia que é usada para os Açores é usada para o Continente. Portanto, se passarmos de 83 para 88 não foi por alteração de metodologia, foi por uma verificação final das contas em termos de matrizes *in-put* e *out-put*, que efectivamente demonstram que aquilo que os senhores disseram aqui em Novembro não era justificação para chumbar o plano e orçamento.

Portanto só vos resta um campo que é proporem novamente a extinção do INE.

Presidente: Antes de dar a palavra ao próximo deputado, gostaria de informar que o Sr. Deputado Francisco Coelho também está inscrito, porque no intervalo, antes de começar a falar o Sr. Vice-Presidente, ele inscreveu-se. Tem a palavra o Sr. Deputado José Rego.

(*) **Deputado José Rego (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar vou fazer um comentário à posição do Sr. Deputado António Marinho no que se refere à posição do Partido Socialista ou do Governo de ataque à oposição.

Nós vivemos num sistema democrático em que não só o PSD pode dizer o que entender sobre o Governo, mas aquilo que a oposição diz sobre o Governo, ou sobre as políticas do PS, também deve ser criticado e denunciado. Escusam de continuar a argumentar como vítimas, que o PSD é que é atacado, quando todos os dias o PSD, sobre as posições do Governo ou do Partido Socialista, pode tecer todos os comentários.

Não sei para que é que serve a vida democrática se não é para o debate entre as oposições, o Governo e o partido da maioria.

Deputado Francisco Coelho (PS): *Muito bem!*

O Orador: De vitimar-se, acho que chega!

Se há uma oposição, essa oposição é para debater e escusam de dizer que nós, maioria, nós, governo, não vamos falar com imaginárias oposições. É esta oposição que temos! É com esta oposição que devemos continuar a dialogar e a debater as questões dos Açores.

Relativamente ao Governo e ao Partido Socialista manterem-se em campanha eleitoral, em comícios eleitorais, mais não fazemos do que esclarecer os açorianos, de prestar contas no dia-a-dia daquilo que fazemos por esta Região, com esta Região e com os açorianos.

Não é o PSD que tem o direito de dizer que os açorianos pensam isso, que os açorianos pensam aquilo.

Todos nós contribuímos para o desenvolvimento dos Açores. Ninguém se pode arvorar em dizer que o Governo ou o Partido Socialista não sentem o palpitar da sociedade açoriana.

Todos nós estamos a contribuir para o desenvolvimento dos Açores. Ninguém mais aqui pode dizer que é isto que lá fora se sente, é isto que dizem. Nós também temos a nossa opinião.

O PSD tem a sua opinião sobre a sociedade civil, mas o que vemos é essa sociedade continuar a crescer e não a regredir como vimos no passado.

Deputado Nuno Amaral (PS): *Muito bem!*

O Orador: Relativamente aos números apresentados para 2000/2003, é ou não verdade que fomos a Região do país com a maior taxa de crescimento médio anual do PIB em 2000/2003?

O Governo está a mentir aos açorianos ou está a confrontá-los com uma realidade que está certa? Foi afirmado pelo INE, foram as últimas contas, não há dúvida sobre essa matéria.

Quanto aos documentos do QRESA terem dados que não foram os últimos que saíram em Janeiro, o Sr. Deputado sabe perfeitamente que se os dados definitivos só agora é que saíram, as referências não poderiam ser outras!

Deputado António Marinho (PSD): Está a matar-se!

Sr. Deputado, muito obrigado!

O Orador: Não me estou a matar. Ninguém trabalha sobre supostos dados que ainda não existem, quando eles passaram a existir.

Agora, aquando da discussão do plano, o que foi dito nesta casa foi que os Deputados do PSD estavam a trabalhar sobre dados que ainda eram provisórios e que esperassem para ver. A resposta foi dada pelos dados definitivos.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Ana Isabel Moniz.

(*) **Deputada Ana Isabel Moniz (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado António Marinho:

Penso que em relação aos números estamos esclarecidos, uma vez que já se fez a referência a todos eles nas intervenções anteriores e convém aqui destacar que estamos a tratar de uma metodologia que foi alterada, actualizada, mas para incorporar novas informações e para aperfeiçoar o sistema de contabilização destes agregados macroeconómicos a nível nacional.

Portanto, estamos a comparar dados a nível nacional. São estatísticas que não são da responsabilidade do Governo Regional, como o senhor estava a dar a entender aqui supondo que poderia ter havido alguma manipulação, alguma omissão da nossa parte na utilização destas referências nos documentos estratégicos para o próximo período de programação comunitária.

Parece-me que falar outra vez em números é escusado.

O crescimento médio anual do PIB na Região Autónoma dos Açores, em termos nominais, efectivamente, foi o mais elevado do País, é o que diz a publicação do INE.

Com estas evoluções nominais que se utiliza na média nacional pode-se dizer que o desempenho da Região foi excelente, atendendo ao que aconteceu, por

exemplo, no caso do Norte e em Lisboa, com crescimentos inferiores à média do país e também é preciso verificar que o ano de 2004 continua a ter aqui resultados preliminares. Portanto, mais uma vez, se quisermos discutir números, penso que devemos discutir os definitivos e deixar de especulações relativamente aos que são provisórios.

Deputado Nuno Amaral (PS): *Muito bem!*

A Oradora: Quanto a outras ilações que se possa querer tirar, também temos nesta publicação os resultados, fazendo a comparação, em paridade de poder de compra, para a Europa a 25 e para a Europa a 27. Podemos ver que a posição regional é relativamente boa. É de supor que, com o alargamento da União Europeia, passamos a ter novos desafios relativamente a este crescimento, a esta convergência.

É uma realidade que os países que entraram recentemente na União vão ter taxas de crescimento superiores à média europeia e nós teremos que, cada vez mais, acompanhar esse ritmo de crescimento. Daí que nos documentos apresentados do QRESA, tal como aqui foi dito, os valores utilizados foram aqueles que estavam disponíveis na altura. Agora temos dados mais actualizados e será sempre um desafio enorme conseguir cumprir aquilo que se prometeu em termos de crescimento, porque cada vez mais será difícil acompanhar esse crescimento numa Europa alargada.

Muito obrigada.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alberto Pereira.

Deputado Alberto Pereira (PSD): Prescindo, Sra. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Coelho.

(*) **Deputado Francisco Coelho (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado António Marinho: Estava V. Exa. tão calmo ao pequeno-almoço, que junto tomámos, tão posto em sossego, mas realmente não resistiu!

Realmente sabia que não ia deixar de assinalar devidamente, e prestar a homenagem do costume, à presença do Sr. Vice-Presidente do Governo

nesta casa, já que nos deu pública notícia e confissão desse “ódio de perdição”.

O Sr. Vice-Presidente do Governo tem razão quando sugeriu que talvez fosse melhor extinguir o INE. E porque também a nós, Sr. Deputado António Marinho, já nada nos surpreende, eu até posso talvez sugerir, e também não nos surpreendia, se o Grupo Parlamentar do PSD apresentasse um voto de protesto contra a estatística ou fizesse uma conferência de imprensa contra a aritmética...

(Risos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): O problema não está na aritmética, está em usá-la!

O Orador: ... porque efectivamente já nada nos surpreende.

Mas embora nada nos surpreenda, é sempre bom, como lembrou o Sr. Deputado José Rego, fazer uma certa pedagogia da democracia, porque acaba por ficar também um pouco mal, além de ser um pouco ridículo na minha opinião, aquele papel exagerado, permanente e persistente de vítima, insistir no refrão “Ó mãe, aquele moço bateu-me!”. A democracia é assim! E há aquele velho provérbio de “quem não suporta o calor da cozinha, não se deve aproximar do fogão!”.

Embora um pouco com uma idade acima da média, tem V. Exa., com certeza, pleno lugar e direito de dar o seu contributo, de acordo com as suas ideias, à nossa democracia.

É verdade que se nota aí alguns tiques geracionais, o que é natural. Realmente, desde a última conferência de imprensa do camarada Garcia Pereira, que não se ouvia nada tão próximo da esquerda festiva, uma adjectivação tão inflacionada e um discurso que efectivamente o Sr. Deputado Marinho está um pouco fora de moda, porque é um bocado exagerado, extremista e, sobretudo, porque não se revê nos números, como

percebemos pelo discurso sereno e pela refutação serena do Sr. Vice-Presidente.

Nós percebemos que os números podem não vos agradar, mas são estes os números do INE e tenho a certeza que agradarão aos açorianos porque reflectem uma evolução muito positiva da nossa economia, do nosso desenvolvimento e do nosso bem-estar. Portanto, é isto que interessa.

Agora, surpresas, Sr. Deputado António Marinho, vamos tendo também cada vez menos, embora ainda nos entristecemos com algumas coisas, porque, pode ter a certeza, nós também queremos muito e queremos que todos, dentro da democracia e pluralidade que esta casa, felizmente, representa, e que é o símbolo maior, seja também assim dignificada.

Portanto, embora não nos surpreendamos, ainda nos entristecemos um pouco quando, por exemplo, se interrompe um plenário desta casa para dar uma conferência de imprensa a comentar a forma como o plenário decorre. Parece-nos um pouco estranho, parece-nos uma forma, essa sim, subestimante e abusiva de usar o Regimento e desprestigiar esta casa.

O debate e a insistência fazem-se aqui e se calhar até há alturas em que se compreenderia, não em tantas, a defesa da honra, um voto de protesto ou uma insistência. Vamos todos, sim, com as nossas divergências, com o calor das convicções e com a força da argumentação, fazer desta casa uma casa plural, mas que dignifique a Autonomia.

Espero também isto da bancada do PSD.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Marinho.

(*) Deputado António Marinho (PSD): Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vou pegar nas últimas palavras do Sr. Deputado Francisco Coelho quando falou no “calor das convicções”.

É justamente esse calor das convicções que nos faz ter o discurso que o Sr. Deputado chamou de exagerado, porque a indignação nos invadiu há meia dúzia de dias atrás (no dia 31 de Janeiro ou 1 de Fevereiro). Nunca pensámos que se pudesse descer tão baixo para a defesa de números que podem ser mais favoráveis ao Governo, omitindo outros.

Deputado Francisco Coelho (PS): Reais!

O Orador: Reais? Calma aí! É preciso sabermos ler todos os números.

Há aqui várias questões:

Quanto à fundamentação da nossa posição na altura da discussão do plano e do orçamento ser baseada nas contas provisórias relativas a 2003 (eram os dados que existiam!), poderia ter-se alterado substancialmente a tendência, agora com a aplicação de uma nova base metodológica.

Passou de 83 para 88! Pois, sim! Não foi isso que revelámos.

Aliás é espantoso. É que os senhores, hoje e aqui, continuam (e eu desafio-os para falarem neles) a recusar-se a falar nos valores de 2004. Os senhores têm medo de falar nos valores de 2004!

É natural que não gostem muito, porque não vos são favoráveis, nem pouco, nem mais ou menos. Continuam a falar nos valores até 2003. Isso é matéria gasta, é “prato requentado”!

Já os conhecemos desde Setembro de 2005. Já decorreu um ano e meio depois disso tudo.

Vamos reforçá-los e vamos lembrá-los. São 88% em 2003. A percentagem do PIB per capita açoriano relativamente à média nacional, continuou a ser 88%, isto é, se é 88 e continua a ser 88, digo eu, mantém-se, estagnou.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Só faltou 12%!

O Orador: Relativamente à média europeia vamos voltar a lembrá-los. Eram 68 em 2002, 64 em 2003, 63 em 2004, uma curva descendente. É irrefutável.

E os senhores recusam-se em falar de 2004. Continuam a falar até 2003. Continuam a “comer do mesmo prato” que comeram há um ano e meio atrás!

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (*José Contente*): Em 2004 tínhamos maioria absoluta!

O Orador: O mais interessante de tudo isto é justamente aquilo que tentámos apontar nas palavras que ali dissemos. É que não devíamos ter fundamentado a nossa posição, na discussão do plano e orçamento para 2007, com estes números, mas quando eles são utilizados pelo Governo para fundamentar as opções contidas no QRESA já são bons.

Os senhores contradizem-se permanentemente. Não são bons se forem utilizados por nós, mas já são bons se forem utilizados pelos senhores.

Deputado Alberto Pereira (*PSD*): *Muito bem!*

O Orador: Estamos falados. Acho que isto é a impunidade e o descaramento levado a todos os níveis.

Sr. Deputado José Rego, quando fala relativamente ao QRESA e àquela questão interessantíssima que os senhores consideravam um diagnóstico preciso e depois num dos documentos do QRESA vem com números de 2003, noutro vem com números de 2001, à parte dessa falta de cuidado na elaboração dos problemas, porque isso é problema vosso (e nosso também), não era disso que eu estava a falar, isso não é manipulação. Isso, quanto muito, é falta de cuidado.

Deputado Alberto Pereira (*PSD*): E de jeito!

O Orador: E falta de jeito.

Quando eu falo em manipulação é manipulação mesmo.

Manipulação é, por exemplo, (e vou utilizar um artifício normalmente utilizado por algumas pessoas nesta casa que são os quadros) ir ao quadro da página 9 e apresentar um cenário bonitinho, um cenário rosa, com tudo a subir. Mas optaram por uma coisa, em pôr os números de dois em dois anos, porque é muito aborrecido chegar à conclusão, quem vir isto, que houve uma quebra de 2002 para 2003. Isto, do ponto de vista técnico está errado e, em termos políticos, é perfeitamente desonesto. É esta manipulação que é constante, mas não é só neste caso, há mais.

Presidente: Sr. Deputado, agradecia que terminasse.

O Orador: Termino já, Sra. Presidente.

Quando diz que nós temos que contar, como o Governo conta, com a nossa crítica, temos que contar com a crítica do Governo à nossa posição, com certeza, sem insulto e sem mentira.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Antes de passar a palavra ao Sr. Deputado Clélio Meneses, gostaria de esclarecer que a sua inscrição foi aceite *a posteriori* ao abrigo da cláusula da conferência de líderes, porque o Grupo Parlamentar foi directamente focado.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Clélio Meneses (PSD):** Sra. Presidente, os líderes parlamentares têm a prerrogativa, tal como o membro do Governo, de se inscreverem a qualquer momento do debate e foi exactamente nessa perspectiva que solicitei a minha inscrição.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Faço esta intervenção suscitado pelo Presidente do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, relativamente a uma iniciativa política que o Grupo Parlamentar do PSD teve ontem ao denunciar uma situação que manifestamente demonstra a reiterada postura do Governo Regional e do Partido Socialista no desrespeito para com o Parlamento, para com a democracia e para com os açorianos.

Era o que mais faltava o Grupo Parlamentar do Partido Socialista também querer limitar, condicionar ou impor a acção do Grupo Parlamentar do PSD. Era o que mais faltava!

O Grupo Parlamentar do PSD, pura e simplesmente, denunciou um acto que, felizmente, todos os açorianos tiveram oportunidade de assistir.

O que incomoda o Partido Socialista, o Governo Regional e a maioria foi o facto de todos os açorianos terem tido oportunidade de ver o Presidente do

Governo Regional dos Açores a impedir a inscrição do Secretário Regional da Economia, conforme foi transmitido pela RTP/Açores.

O facto de todos os açorianos terem tido oportunidade de ver o Presidente do Governo Regional dos Açores a limitar o debate, a impedir que houvesse debate, a impedir que houvesse esclarecimento, a impedir que os açorianos soubessem aquilo que todos querem saber, como o PSD suscitou por mais que uma vez, incomoda.

O mais grave é que é reiterado.

Sobre o transporte marítimo de passageiros, do que é que o Governo tem medo?

O que é que o Governo não quer esclarecer?

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Não temos medo nenhum!

O Orador: O Secretário Regional da Economia teve oportunidade de vir quatro vezes à comissão competente para esclarecer-nos. Há meses que isto acontece.

O Grupo Parlamentar do PSD já suscitou. O Sr. Secretário Regional já anunciou que iria fazer um balanço na Comissão de Economia, mas o que é certo é que, em nenhum momento, o Secretário Regional da Economia cumpriu aquilo que foi o requerimento do Grupo Parlamentar do PSD em termos de ir à Comissão de Economia esclarecer este assunto.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Isso é mentira!

O Orador: No debate do plano e orçamento o Grupo Parlamentar do PSD suscitou esclarecimentos sobre esta questão e o Governo nada disse.

O PSD solicitou uma reunião à Atlanticoline, Empresa Pública que gera o processo, e até hoje não foi dada nenhuma data para haver essa reunião.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Já foi datada! Isso é mentira, Sr. Deputado!

O Orador: O que é que isto quer dizer?

Quer dizer que o Governo Regional não quer esclarecer e, sobretudo, o que é que quer dizer?

Secretário Regional da Economia (*Duarte Ponte*): Isso é política suja!

O Orador: É que mais uma vez, nesta casa, na casa da Autonomia, na casa de todos os açorianos, o PSD suscitou este debate, o PSD colocou questões concretas, o PSD – e isto é que é importante – deu a oportunidade do Governo Regional se defender, deu a oportunidade do Governo Regional esclarecer aqui, cara a cara, num debate livre e democrático, por que é que este processo falhou todo os anos. Em cada ano que passa este processo falha!

O PSD deu esta oportunidade ao Partido Socialista e ao Governo Regional e nem a maioria dos Deputados do Partido Socialista, dos 32 Deputados do Partido Socialista...

Vozes dos Deputados da bancada do PS: 31 Deputados!

O Orador: Às vezes engano-me, porque há uns que às vezes são do PSD outra vez são do PS.

Nem a maioria do Partido Socialista, nem o Governo Regional tiveram o sentido de responsabilidade democrática de esclarecer, perante o Parlamento e os açorianos todos os imbróglis deste processo. Isto é que é grave e foi isto que o PSD quis desmontar.

Presidente: Sr. Deputado, agradecia que terminasse.

O Orador: Concluo já, Sra. Presidente, agradecendo a sua benevolência.

No fundo, o que o PS não quer é que se esclareça a manipulação dos números; o PS não quer que se debata aquilo que o Sr. Deputado António Marinho, de forma clara e precisa, trouxe a este Parlamento desmontando a manipulação dos números.

O PS não quer isto e tenta encontrar manobras de diversão para distrair, para confundir.

O PSD, ontem, quis discutir, esclarecer um problema como a dimensão dos transportes marítimos de passageiros.

O PSD, hoje, quer esclarecer um problema como a dimensão das contas regionais, dos números públicos.

O PSD, ontem, quis um debate livre, democrático, quis esclarecer. Hoje quer o mesmo.

Ontem o PS e o Governo Regional calaram-se.

Hoje, o PS tenta confundir.

Está mais uma vez demonstrada a postura da maioria e do Governo Regional e está mais uma vez demonstrada a seriedade e o sentido de responsabilidade do PSD no sentido de esclarecer com verdade, no sítio certo, na casa da Autonomia, os assuntos que preocupam os açorianos.

É essa a nossa postura que mais uma vez reiteramos aqui sempre com a convicção de que estamos a fazer o melhor possível pelos açorianos e pelos Açores.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Coelho.

(*) **Deputado Francisco Coelho (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Clélio Meneses:

O que mais faltava era que o Partido Socialista não pudesse criticar os comportamentos, a postura do PSD ou do Grupo Parlamentar do PSD e manifestar a sua opinião! Era o que mais faltava!

Isso pode revelar, e revela com certeza, um tique que é preocupante, uma grande arrogância moral e a mania de que o PSD pode criticar tudo e todos, como quanto bem aprouver, onde bem entender. É absolutamente impoluto e é uma tremenda injustiça ter a mínima crítica. É preciso ter outra concepção de democracia e seria bom que com 10 anos de oposição o PSD tivesse mais “sucesso escolar” também nesta matéria. Pelos vistos não tem.

De resto, o que é preciso dizer, Sr. Deputado, é que ontem, dentro de um direito, quando o PSD resolveu trazer aqui a requeitada questão, sem

nenhuma novidade, dos transportes marítimos, para esta maioria, não havia realmente nada a dizer, porque está tudo esclarecido.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Onde?!

O Orador: Inclusive foi feito um balanço por parte do Governo, relativamente ao “coração”, àquilo que ela foi. Está tudo esclarecido.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Onde?!

O Orador: Sr. Deputado, é extremamente importante que o PSD insista em trazê-la cá, porque para além de um “amor” profundo às minudências...

Deputado Clélio Meneses (PSD): Minudências?! 30 milhões de euros são minudências?

O Orador: ... isso significa que o PSD, por mais que puxe pela cabeça, não encontra outras coisas para atacar o Governo e encontra muito poucas coisas que tenham falhado, embora ao nível privado, para além desta. Isso é um excelente sinal.

Sr. Deputado, é neste plenário que se faz o debate. É neste plenário que se insiste pelo debate, sem amuar quando não merece comentários.

Hoje, já tivemos uma intervenção que não mereceu qualquer comentário. Da nossa parte não mereceu conferência de imprensa!

Deputado Clélio Meneses (PSD): É comparável!!!

O Orador: Porque é aqui que o debate se faz, é aqui que quem tem razão insiste pelo debate e quem tem razão insiste e sabe insistir, como se viu ontem com a intervenção do Sr. Deputado Artur Lima, e as respostas aparecem.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Marinho.

(*) **Deputado António Marinho (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

No seguimento da minha intervenção não houve mais nenhuma inscrição. Isto significa que ao desafio feito na minha última intervenção, e embora

depois com a outra questão que acabou por se colocar aqui, não originou por parte da maioria ou do Governo...

Deputado José Rego (PS): Os números são claros!

O Orador: Pois, são claros. Então eu desafio novamente os Deputados do Partido Socialista, os membros do Governo ou ambos, a falarem nos números de 2004, (o que se passou de 2003 para 2004). Falem!

Dói ou não vos dói o que se passou entre 2003 e 2004?

Estão certos ou não estão os números que nós falámos na intervenção que fizemos?

Falem! Desafio-vos!

Se não o fizerem, mais uma vez estão a mostrar que quando a realidade não vos é favorável escondem-na.

Deputado José Rego (PS): A Sra. Deputado Ana Isabel já respondeu!

Deputado Alberto Pereira (PSD): Não respondeu nada!

O Orador: Quando há falta de possibilidade de manipular, escondem!

Era este desafio que gostaria de aqui deixar e gostaria que fosse respondido porque quero debate sobre esta questão.

Volto a referir: de 2003 para 2004 houve uma estagnação na convergência com o País, houve um segundo recuo na convergência com a União Europeia. Desafio-vos a comentar aquilo que eu acabei de dizer. Debatam, não tenham medo de discutir a realidade.

Muito obrigado.

Deputado Clélio Meneses (PS): *Muito bem!*

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra a Sra. Deputada Nélia Amaral.

Deputada Nélia Amaral (PS): Sra. Presidente da ALRAA, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo Regional:

A decisão n.º 771/2006/CE do Parlamento Europeu e do Conselho da Europa, de 17 de Maio de 2006 instituiu o Ano Europeu da Igualdade de Oportunidades para Todos (2007) – Para uma Sociedade Justa.

Esta iniciativa surge no ano em que se assinala o 10.º aniversário do Ano Europeu Contra o Racismo e na sequência de um vasto conjunto de directivas anteriores, da Agenda Social para 2005-2010, do próprio Tratado da União e da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia que definem o quadro legislativo Europeu em matéria de igualdade de oportunidades e de tratamento para todas as pessoas na União Europeia.

No âmbito desta iniciativa pretende-se envolver todos os Estados Membros na promoção de campanhas informativas, promocionais e educativas, bem como na realização de inquéritos e estudos à escala nacional e comunitária.

Assente no princípio da subsidiariedade, visa-se a mais ampla descentralização das acções a desenvolver envolvendo não só todos os Estados Membros mas também, e ao nível de cada Estado, as autoridades regionais e locais, os parceiros sociais, as Organizações não Governamentais, os órgãos de comunicação social e a população em geral.

Incentiva-se em particular o intercâmbio trans-nacional de informação e a difusão de boas práticas, o estabelecimento de parcerias multilaterais, a descentralização das acções e o envolvimento activo das populações, com particular relevância para os grupos alvo de práticas discriminatórias.

As acções a desenvolver assentam em quatro vectores fundamentais e deverão contribuir para a promoção dos objectivos visados pela Decisão, a saber:

1. **“Direitos** - Sensibilizar para o direito à igualdade e à não discriminação, assim como para a problemática das discriminações múltiplas;
2. **Representação** - Fomentar um debate sobre formas de aumentar a participação na sociedade de grupos que são vítimas de discriminação e de obter uma participação equilibrada entre homens e mulheres;
3. **Reconhecimento** - Facilitar e celebrar a diversidade ... salientando o contributo positivo que as pessoas, independentemente do sexo, origem racial ou étnica, religião ou crença, deficiência, idade ou orientação sexual, podem dar à sociedade ... acentuando os benefícios da diversidade;

4. **Respeito** - Promover uma sociedade mais coesa ... sensibilizar para a importância de eliminar estereótipos, preconceitos e violência ... promovendo boas relações entre todos os membros da sociedade e, em especial entre os jovens, fomentando e divulgando os valores subjacentes ao combate à discriminação.”

A participação dos Estados Membros é assegurada através da criação, em cada país de uma entidade nacional de execução que é responsável pela definição das prioridades e da estratégia nacional para o Ano Europeu em estreita articulação com a sociedade civil, nomeadamente com organizações que defendam ou representem os interesses daqueles que estejam expostos a tratamentos discriminatórios.

Portugal abraçou de imediato esta decisão comunitária, como seria de esperar, e com particular entusiasmo por assumir a Presidência da União Europeia no 2.º Semestre de 2007, em pleno Ano Europeu. A referida entidade nacional foi criada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 88/2006, de 18 de Julho que cria a Estrutura de Missão do Ano Europeu da Igualdade de Oportunidade para Todos, na dependência dos Ministros da Presidência e do Trabalho e da Solidariedade Social.

A referida Estrutura de Missão tem como tarefa definir as estratégias e prioridades nacionais, preparar o programa de acção, com identificação das acções a implementar, a respectiva calendarização e instrumentos de financiamento, bem como garantir a sua coordenação e execução, e integra representantes da Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, que coordena, do Alto Comissariado para a Imigração e para as Minorias Étnicas, do Instituto Português da Juventude, do Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração de Pessoas com Deficiência, do Instituto do Emprego e Formação Profissional, do Instituto da Segurança Social e a Coordenadora do Plano Nacional para a Inclusão. Está agendada para o próximo dia 23 do corrente mês de Fevereiro a primeira actividade que inclui a apresentação pública do Plano Nacional de Acção.

É de toda a justiça salientar aqui o empenho das Instituições Particulares de Solidariedade Social, das Organizações não Governamentais e Associações que, nos Açores, representam as pessoas mais desfavorecidas, que se traduziu na aprovação de um plano de actividades com início em Janeiro e que se estenderá por todo o ano de 2007, contando com o apoio de um vasto leque de parceiros, representativos de todos os sectores da nossa sociedade, ao qual esta Assembleia, em boa hora, se associou.

Sra. Presidente da ALRAA, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo Regional:

Poderá haver quem questione se, em pleno século XXI continua a fazer sentido esta decisão conjunta do Parlamento Europeu e do Conselho da União Europeia que institui o ano de 2007 como “Ano Europeu da Igualdade de Oportunidades para Todos”.

Em meu entender, continua a fazer sentido porque apesar de possuímos hoje, na União Europeia, e em cada um dos Estados Membros, dos melhores e mais exaustivos quadros legislativos, ao nível mundial, no que concerne ao combate à discriminação, ao reconhecimento das vantagens da diversidade e à promoção da igualdade de oportunidades, ainda persistem situações de violação dos direitos estabelecidos e reconhecidos por via normativa e que correspondem a relações pessoais, sociais e profissionais discriminatórias.

De acordo com um inquérito realizado nos diversos Estados Membros no âmbito da preparação do Ano Europeu mais de metade dos europeus (51%) considera que não se está a fazer o suficiente para combater a discriminação nos respectivos países, enquanto 64% considera que a discriminação é muito comum.

Continua a fazer sentido porque se tem plena consciência de que para alterar atitudes não basta legislar. É necessário alterar também as crenças, os afectos e os comportamentos que lhe estão subjacentes.

O mesmo inquérito, anteriormente referido, e o Livro Verde intitulado “Igualdade e Combate à discriminação na União Europeia alargada” apresentado em Maio de 2004, retratam que a maioria dos Europeus está

pronta para essa mudança, considerando mesmo ser necessário intensificar os esforços no combate à discriminação.

Continua a fazer sentido porque se é certo que na Comunidade, no nosso País e na nossa Região Autónoma se verificaram inegáveis progressos no combate à discriminação e na promoção da inclusão social dos grupos mais desfavorecidos, não é menos certo que na nossa Região, no nosso País e na Comunidade estes mesmos grupos se deparam ainda com barreiras físicas, económicas, e de mentalidades que contrastam com os progressos alcançados.

Sra. Presidente da ALRAA, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo Regional:

Em pleno ano de 2007 convivemos diariamente com o progresso e com os contributos para a inclusão e coesão sociais mas também, e ainda, com a segregação e com a discriminação.

As redes de apoio social que hoje existem apoiam milhares de crianças, mulheres, idosos, pessoas portadoras de deficiência e imigrantes e contribuem, indubitavelmente, para a sua inclusão social. No entanto, os dados disponíveis continuam a demonstrar que estes mesmos grupos ainda são particularmente vulneráveis a processos de discriminação, de exclusão e de pobreza;

As políticas de apoio à inclusão das mulheres no mercado de trabalho, desde a formação profissional à prestação de cuidados a crianças e idosos, ou mesmo à substituição temporária durante a licença por maternidade, ainda não foram capazes de nos retirar de uma situação de dificuldade acrescida no acesso ao mercado de trabalho e de maior vulnerabilidade a situações de emprego precário, de desemprego, de pobreza e de exclusão social;

Apesar da proliferação de acções para a promoção da qualidade de vida dos idosos, no combate ao isolamento e à solidão bem como na prestação de cuidados de saúde e de autonomia pessoal e social, ainda nos confrontamos com dados estatísticos que continuam a caracterizá-los como particularmente vulneráveis a dinâmicas de pobreza e de exclusão social;

Estão, hoje, disponíveis no mercado instrumentos do âmbito das tecnologias da informação e da comunicação que permitem que uma pessoa com deficiência neuromotora grave controle o seu ambiente através dos movimentos dos olhos. Mas, a mesma pessoa continua muitas vezes a ver-se impedida de se deslocar, de forma autónoma, pela multiplicidade de barreiras que ainda persistem;

As políticas para a inclusão de imigrantes e de minorias, nomeadamente o reconhecimento e valorização da sua identidade cultural, a garantia de iguais direitos perante a justiça, a saúde, a educação e a segurança social, não foram ainda capazes de derrubar preconceitos. Estes grupos continuam a defrontar-se com atitudes e comportamentos discriminatórios e integram, invariavelmente, as faixas mais vulneráveis ao desemprego, à precariedade laboral, à pobreza e à exclusão social.

A predominância de mulheres no ensino superior, e com melhores qualificações académicas, ainda não é proporcional à percentagem de mulheres que ocupa cargos de topo e ainda se verificam diferenças significativas na remuneração auferida por homens e mulheres em cargos idênticos;

Hoje faz-se uso de pavimentos tácteis por exemplo junto a semáforos e passadeiras, para que os cegos se desloquem com segurança. Mas em simultâneo e talvez nas mesmas localidades, os cegos continuam a sofrer lesões graves ou mesmo a correr risco de vida porque um buraco aberto para uma obra qualquer não foi devidamente protegido;

Sra. Presidente da ALRAA, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo Regional:

É por tudo isto que, em meu entender, continua a fazer sentido, em pleno Século XXI um Ano Europeu da Igualdade de Oportunidade para Todos. Talvez sejam ainda necessários muitos outros Anos Europeus e é, sem dúvida necessário que as acções iniciadas no ano de 2007 não terminem quando o Ano Europeu encerrar, mas antes sirvam de catalizador de futuras reflexões e iniciativas.

O sucesso desta iniciativa depende, sem dúvida, do envolvimento activo dos diferentes níveis do poder, dos Governos dos diferentes Estados Membros, dos Governos Regionais, das autoridades regionais e locais. Depende também, como a própria decisão reconhece, do envolvimento das organizações não governamentais, das associações que representam e defendem estes grupos mais desfavorecidos e das próprias pessoas vítimas de discriminação e desigualdade de tratamento e da sociedade civil.

Com esta intervenção espero ter dado um modesto contributo para o sucesso da iniciativa se conseguir incentivar cada um de nós, não só enquanto deputados, mas no exercício dos múltiplos papéis sociais que desempenhamos, como pais, professores, vizinhos, amigos...

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Pelo menos não se conforma com a realidade. Já é um bom princípio. Nem parece que vem da bancada do PS!

A Oradora: ... e, enquanto detentores de atitudes e actores de comportamentos, a questionar a nossa própria conduta.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Está aberto o debate.

Estão inscritos para o debate o Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais e as Sras. Deputadas Maria José Duarte e Piedade Lalanda.

Tem a palavra o Sr. Secretário.

(*) Secretário Regional dos Assuntos Sociais (Domingos Cunha): Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, gostaria de saudar a Sra. Deputada Nélia Amaral por ter trazido este assunto da igualdade de oportunidades que, de facto, é uma das preocupações do Governo.

Temos vindo, no âmbito da igualdade das oportunidades, a desenvolver um conjunto de acções e de iniciativas que, de facto, dêem voz e se traduzam em

factos concretos no âmbito da inclusão deste vasto leque de pessoas que ainda são discriminadas por razões de origem racial, falta de respeito, por violação dos direitos, pelos mais elementares direitos que todos nós e cada um deve ter.

Nesse sentido, 2007 é, de facto, o Ano Internacional da Igualdade de Oportunidades e o Governo Regional está a trabalhar nesse sentido, no sentido da Região desenvolver acções e iniciativas que, não só, assinalem este ano, mas que dêem continuidade e solidez a todo um projecto e a um percurso que temos que manter, porque não é só 2007 que deve ser o ano da Igualdade de Oportunidades, mas todos os anos, todos os momentos e todas as situações, numa lógica de proximidade, solidariedade e sempre com o objectivo de promovermos e melhorarmos a qualidade de vida de todo e qualquer cidadão, independentemente da sua origem, raça, religião ou credo. Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Maria José Duarte.

(*) **Deputada Maria José Duarte (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Antes de mais gostaria de felicitar a Sra. Deputada Nélia Amaral pela sua intervenção.

Gostaria de realçar o seu espírito de não conformismo pela situação e, se assim podermos dizer, aconselhar o governo a tentar mudar essa situação, criar princípios para que a igualdade entre os cidadãos possa ser uma realidade, para que não haja divergências, para que não haja desigualdades a nível social, para que a oportunidade seja para todos, para que não haja discriminação quer racial, quer sexual e que, no fim, possamos, realmente, ter uma sociedade mais justa para que todos nós sejamos felizes.

Muito obrigada.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): *Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Piedade Lalanda.

(*) **Deputada Piedade Lalanda (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para também felicitar a minha colega Nélia Amaral pela sua intervenção e pela forma como introduziu a temática da igualdade muitas vezes associada, apenas e só, à questão do género, mas que é realmente uma temática transversal a muitas situações de discriminação e de exclusão social.

Penso que em matéria de política social no combate a essa discriminação, por aquilo que eu posso registar pelas estatísticas, a intervenção do Governo Regional tem sido bastante meritória, com o alargamento, nomeadamente, das instituições para apoio às pessoas portadoras de deficiência, que existiam muito poucas (uma em São Miguel e outra na Terceira, que se saiba, antes de 96), na criação de instituições de apoio às mulheres vítimas de violência, no apoio aos repatriados, comunidade que também sente dificuldade em inserção social, no apoio aos imigrantes que são um movimento recente e também há medidas importantes de apoio à grávida e à protecção da maternidade e o programa de substituição das grávidas, que é inovador no país, em situação de licença de maternidade, que é uma das medidas que mais efeito tem tido também na própria criação de emprego feminino.

Olhando as estatísticas nós somos, realmente, uma das regiões onde a taxa de actividade feminina é das mais baixas, mas não se pode deixar de registar que essa tem sido uma taxa que tem progredido nos últimos anos, com o aumento significativo da entrada de mulheres no mercado de trabalho, com o apoio significativo à formação das mulheres em sectores inovadores como a questão da hotelaria.

Portanto, julgo que em matéria de igualdade de oportunidades o Governo tem tomado iniciativas, porque mais do que as iniciativas governativas, estes são princípios de cidadania, ou seja, são princípios que têm que ser partilhados por todos nós e não apenas pelas entidades governativas.

Acho que é de saudar esta intervenção e aproveitando estes anos internacionais ou anos europeus se chame a atenção para os sucessos de algumas das iniciativas que têm sido desenvolvidas nesta área.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Nélia Amaral.

(*) **Deputada Nélia Amaral (PS):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar para agradecer os comentários positivos que foram feitos à minha intervenção.

De seguida, para reafirmar aquilo que me parecia ter ficado claro na intervenção, mas talvez não tenha ficado. Eu não pretendi fazer uma intervenção sobre a situação na Região. Pretendi alertar para a necessidade de repensarmos, como dizia na intervenção, apesar das iniciativas já tomadas e dos incentivos já desenvolvidos, as dificuldades que persistem e de repensarmos sobretudo as atitudes, porque, em meu entender, estas dificuldades que persistem não se devem à falta de recursos financeiros, não se devem à falta de tecnologias mais ou menos sofisticadas, não se devem à falta de políticas definidas, não se devem à falta de legislação.

Devem-se, sim, em meu entender, às mentalidades que nós ainda temos e que influenciam os nossos contactos sociais, os nossos contactos profissionais, os nossos contactos de vizinhança e, indubitavelmente também, os nossos comportamentos. Daí o desafio que deixava a todos nós, órgãos de comunicação social aqui presentes, todos nós deputados, todos nós no desempenho das nossas outras funções, porque é aí que se multiplicam depois as nossas relações sociais, de repensarmos as nossas atitudes que influenciam os comportamentos que depois exibimos e temos.

Noutras oportunidades teremos, sem dúvida, possibilidade de falar sobre aquilo que está a ser feito na Região.

O que eu queria aqui deixar claro, e que pensava que tinha ficado claro na minha intervenção, é que considero que a situação que se vive na região não é diferente da situação que se vive no país e na maior parte dos países comunitários ditos desenvolvidos.

Já muito foi feito. Há muitas iniciativas de apoio aos idosos, de apoios às crianças, às pessoas com deficiência que têm contribuído para essa inclusão social. Não podemos dizer que já fizemos, isto, aquilo ou aqueloutro e que está tudo feito.

O objectivo da minha intervenção era este.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Veio corrigir a sua colega!

A Oradora: Não corriji a minha colega, não senhor.

Presidente: Muito obrigada, Sra. Deputada.

Findo este período de tratamento de assuntos políticos, vamos fazer um pequeno intervalo para depois entrarmos na Agenda da Reunião.

Eram 11 horas e 55 minutos.

(Após o intervalo o Sr. Presidente voltou a ocupar o seu lugar na mesa)

Presidente: Srs. Deputados, vamos entrar na Agenda da Reunião.

Eram 12 horas e 25 minutos.

O primeiro ponto é a **Proposta de Decreto Legislativo Regional – “Regime jurídico de angariação de receitas para fins de beneficência e assistência ou investigação científica a elas associadas, na Região Autónoma dos Açores”**.

Está aberto o debate.

Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores.

(*) Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Sérgio Ávila):

Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Proposta de Decreto Legislativo Regional que aqui é apresentada visa criar o enquadramento jurídico de angariação de receitas para fins de beneficência, assistência ou de investigação científica a elas associadas.

Neste contexto pretende-se definir na Região a entidade competente para autorizar este tipo de actividades, bem como o seu procedimento, concentrando num único membro do Governo a competência para essa matéria e também se aproveita este enquadramento para fazer a previsão dos destinos das receitas relativas às coimas aplicadas, seu enquadramento sancionatório e também a clarificação de competências entre a

Administração Regional e a Administração Local, tendo em conta a área geográfica que essas mesmas acções se venham a realizar.

Com esta iniciativa legislativa pretende-se clarificar e reforçar a segurança em termos de realização deste tipo de acções e particularmente criar um quadro sancionatório no sentido da má aplicação quer das receitas, quer das acções com estes objectivos.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Avelar.

(*) **Deputado Manuel Avelar (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Esta Proposta de Decreto Legislativo Regional estabelece o regime de angariação de receitas para fins de beneficência, assistência, ou de investigação científica a realizar na Região Autónoma dos Açores por pessoas particulares ou colectivas.

Este diploma sujeita à angariação de receitas a autorização de entidades administrativas contendo normas sobre o procedimento de autorização, as obrigações decorrentes para as entidades a quem é concedido a autorização, contra-ordenações e inerente regime sancionatório.

A competência conferida pelo Decreto-Lei 87/99 ao Presidente do Governo Regional para autorizar a angariação de receitas foi, pelo Decreto nº 5/2003/A, transferida para o membro do Governo Regional com competência em matéria de polícia administrativa, continuando, o Presidente do Governo Regional, a deter a competência, em sede de sancionamento, de regime contra-ordenacional.

Esta proposta vem concentrar, no membro do Governo com competência em matéria de polícia administrativa, todas as competências relativas à autorização e ao sancionamento das infracções.

Mais ainda. Se as actividades de angariação de fundos forem apenas de âmbito concelhio todas estas competências são atribuídas ao presidente do respectivo município.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Maria José Duarte.

(*) **Deputada Maria José Duarte (PSD):** Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Proposta de Decreto Legislativo Regional em discussão pretende, e muito bem, que para além da autorização que já é competência do Governo Regional, a fiscalização e a aplicação dos regimes contra-ordenacional e sancionatório de actividades de angariação de receitas para fins de beneficência, assistência e investigação científica passem também a ser competência do Governo Regional e não da República, como tem acontecido até à presente data.

É também digno de realço o facto da referida Proposta de Decreto Legislativo Regional vir clarificar o destino das receitas relativas às coimas aplicadas no sancionamento de infracções ao presente diploma que reverterão para a Região, para o município, caso esteja em causa o território regional, ao único concelho respectivamente.

Deste modo, o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata irá votar favoravelmente na generalidade o presente diploma.

Presidente: Não havendo mais intervenções, passamos à votação.

Os Srs. Deputados que concordam com esta Proposta de Decreto Legislativo Regional na generalidade, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: Na generalidade, a Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Srs. Deputados, uma vez que há unanimidade quanto a este diploma, vamos utilizar na votação um método expedito, ou seja, existem duas propostas de alteração. Por uma questão de economia processual, fazíamos a votação das propostas de alteração. Uma vem da Comissão e é subscrita pelo PS e a outra foi apresentada directamente pelo PS durante esta sessão.

Eu sugeria que alguém, se quisesse, apresentasse as propostas de alteração,

Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Avelar.

(*) **Deputado Manuel Avelar (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

A primeira proposta de alteração vem da Comissão e é apenas, no artigo 4º, ponto 2, alterar para *acção* o termo *território*. É uma pequeníssima alteração e já foi aprovada em Comissão.

A proposta para o artigo 6º, nº 3, é apenas acrescentar a alínea f) do nº 1.

Portanto, são alterações muito simples que não alteram grande coisa. É para apenas esclarecer estes dois artigos.

Presidente: Tratam-se apenas de alterações de pormenor.

Passamos à votação.

Os Srs. Deputados que concordam com estas alterações, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: As propostas de alteração foram aprovadas por unanimidade.

Presidente: Votemos de seguida todos os artigos do diploma, incluindo naturalmente a parte restante dos artigos 4º e 6º, que foram sujeitos a alteração.

Os Srs. Deputados que concordam na especialidade com estes artigos, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: Na especialidade, os artigos apresentados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Votação final global.

Os Srs. Deputados que concordam com esta Proposta de Decreto Legislativo Regional, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: Em votação final global, a Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Passamos a mais um ponto da nossa Agenda: **Projecto de Resolução – “Encerramento de consulados nos Estados Unidos da América”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Pedro Costa.

Deputado António Pedro Costa (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Governo da República, ao pretender alterar o mapa da rede consular no estrangeiro, no intuito de melhorar a qualidade dos serviços prestados aos emigrantes, poderá transformar Portugal num país mais distante para os portugueses que residem em várias partidas do mundo.

O Governo Central com este plano de encerramento de 17 consulados e de baixar o estatuto de outros postos consulares espalhados pelo mundo, levantou um movimento de indignação, não apenas nas comunidades directamente afectadas, como dentro do nosso próprio país.

Com esta medida, apesar de sermos um dos países da União Europeia, com uma vasta rede consular, o Governo da República estaria a demitir-se de serviços estritamente da responsabilidade estatal, no intuito de poupar dinheiro, esquecendo todas as implicações directas que acarreta tal medida.

No caso específico das comunidades açorianas na diáspora, esta medida, que tem um simbolismo político muito grande, está a ser interpretada como um abandono por parte do Governo português, já que, a confirmar-se o encerramento do consulados de New Bedford, Providence e New York e a desclassificação do Consulado das Bermudas, essa eventualidade implicaria enormes prejuízos, não só no tratamento de processos burocráticos, como também no apoio a iniciativas de âmbito cultural, promovidas pelas múltiplas instituições existentes nas áreas consulares ameaçadas de extinção.

O encerramento dos consulados, seria um erro político, como foi enfatizado nas manifestações realizadas, já que as razões economicistas não constituem, para os emigrantes, justificação suficiente para se aceitar tal medida. Para os que vivem fora do seu torrão natal, a embaixada ou o consulado constitui, pelo seu simbolismo, um pedaço de Portugal, no qual se revêem e têm uma relação afectiva.

Por outro lado, acabar com o consulado de Providence, significaria que Portugal estaria a desvalorizar a presença e a afirmação dos açorianos num dos Estados Norte-Americanos, quando se sabe que ali vivem 100 mil luso-descendentes, dos quais 80% são de origem açoriana e onde existem 2 universidades com Departamentos de Estudos Portugueses.

Outrossim, desenvolvem actividades culturais e sociais naquele Estado, cerca de 70 Associações cívicas, 6 escolas portuguesas e 8 Comunidades Paroquiais na Diocese de Providence.

A expressão política da nossa comunidade é, assim, muito relevante, demonstrado também no facto de no Senado Estadual terem assento quatro senadores luso-descendentes e no Congresso sete deputados portugueses.

Se por um lado, Portugal invoca a permanência de portugueses e seus descendentes nos Estados Unidos, como uma mais-valia política, fazendo valer as vantagens e as potencialidades da ponte que procura liderar entre a Europa e os EUA, por outro, faz tábua rasa das pretensões de um Estado, em que 10% da sua população mantém estreitos laços com Portugal, uma vez que valoriza o relacionamento cultural, político e afectivo, que a liga às origens, também através do seu consulado.

Não é, de forma alguma, despiciente o facto político de tanto o Senado, como o Congresso de Rhode Island, como também o Senado e Congresso de Massachussets terem aprovado um voto, no qual apelam ao Governo português para manter os respectivos consulados em funcionamento, para benefício dos muitos cidadãos portugueses e luso-descendentes que labutam naqueles Estados.

Deputados Clélio Meneses e Pedro Gomes (PSD): *Muito bem!*

O Orador: No mesmo sentido, tomou posição junto do Governo da República o Congressista Norte-Americano Patrick Kennedy.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Perante a eventual extinção daqueles consulados nos Estados Unidos da América, não seria plausível que a Região Autónoma dos Açores e os seus Órgãos de Governo Próprio deixassem de tomar posição, na defesa dos interesses do País e daquelas comunidades.

Por isso, o Grupo Parlamentar do PSD reconhece as diligências que o Governo Regional tem feito e bem, junto do Governo da República, o que resultou, segundo declarações do Sr. Presidente do Governo, no abandono da

ideia de encerramento do Consulado de New Bedford, o que é de realçar e registamos com agrado.

Por outro lado, temos a percepção clara que a alteração da rede consular arrastará também consigo aspectos positivos, desde o reconhecimento da necessidade da criação de um posto consular na Califórnia, bem como introduzirá melhorias substanciais na modernização dos Consulados e das Embaixadas espalhadas pelo mundo.

Por outro lado, o Secretário de Estado das Comunidades, garantiu, publicamente, que o projecto de reestruturação consular está ainda em aberto, não havendo decisão final do Governo da República sobre a matéria.

Por isso, o Grupo Parlamentar do PSD entende que este é um momento importante para os Açores manifestarem, não apenas solidariedade às suas comunidades da diáspora, como exprimirem a sua preocupação, quanto ao encerramento, designadamente dos Consulados de New Bedford e de Providence,...

Deputados Clélio Meneses e José Manuel Bolieiro (PSD): *Muito bem!*

O Orador: ... transmitindo uma posição firme junto do Governo da República, aliás convergindo com idêntica vontade dos Congressos e dos Senados de Massachussets e Rhode Island.

A representação externa de Portugal naqueles Estados, em nossa opinião, deve manter-se.

Justifica-se plenamente a presente proposta de Resolução, que visa reforçar as diligências já iniciadas pelo Governo Regional, e assim, manifestar uma posição unânime dos Órgãos de Governo Próprio da Região.

As nossas Comunidades de emigrantes são o prolongamento dos Açores, no outro lado do Atlântico, juntemos a nossa voz em sua defesa, manifestando a solidariedade de quem cá está, para os que foram forçados a sair do seu berço, em demanda de um futuro melhor.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Está aberto o debate.

Tem a palavra o Sr. Deputado José San-Bento.

(*) **Deputado José San-Bento (PS):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Como é do conhecimento público, o Governo da República está a proceder a uma reforma, a uma modernização, da rede consular e das representações diplomáticas da república portuguesa em todo o mundo, em todos os países, nas largas dezenas de países onde Portugal tem representações diplomáticas.

Esta reforma insere-se – e passaria a citar o Programa do Governo da República – “no programa da valorização das comunidades portuguesas” onde se pode ler que “o Governo modernizará a rede consular adequando-a à realidade actual das comunidades, desburocratizando procedimentos administrativos e recorrendo às tecnologias da informação e comunicação em ordem a minorar a deslocação física dos utentes aos postos consulares” – fim de citação.

Esta importante reforma tem também a integração do chamado consulado virtual inserido no âmbito daquilo que vulgarmente se tem chamado como as medidas do SIMPLEX 2006 e que já estão a decorrer.

O Consulado virtual é, portanto, uma medida através da qual se pretende facilitar o acesso aos serviços da Administração Pública disponíveis nos consulados portugueses, disponibilizando um conjunto de serviços e informações até agora apenas acessíveis directamente nas secções e nos postos consulares portugueses.

Isto tem implicações ao nível da requisição do Bilhete de Identidade, dos passaportes, dos diversos vistos, certidões de casamento, de nacionalidade, de registo de nascimento, de serviço militar, certidões de residência, de diversos apoios, de diversos contactos úteis que os nossos concidadãos também podem recorrer e também do recenseamento eleitoral.

Portanto, Sras. e Srs. Deputados, e em particular Srs. Deputados do PSD, nós estamos, e é bom que isso fique muito claro nesta Assembleia, perante uma

profunda reforma com grandes repercussões no processamento de todos os actos consulares...

Deputado Clélio Meneses (PSD): Que o diga os emigrantes!

O Orador: ... e que nos obriga a considerar este novo paradigma.

Aliás, foi essa complexidade e a necessidade de nos debruçarmos sobre estas matérias que levaram o Partido Socialista (embora na altura os Srs. Deputados do PSD não quiseram compreender) a votar contra a urgência de se debater esta questão da forma como o PSD a colocou no passado plenário. Perante as notícias desta reforma e das implicações que ela teria nas comunidades portuguesas mais afectas aos Açores – aquilo que nós vulgarmente chamamos como as nossas comunidades, as comunidades açorianas – o Sr. Presidente do Governo (e aproveito aqui esta oportunidade para saudar e para manifestar o apreço do Grupo Parlamentar do PS) diligenciou, e muito bem, como é seu timbre, junto do Governo da República, defendendo os nossos interesses e assegurando, desde logo...

(Risos do Deputado Clélio Meneses)

O senhor está a rir-se, Sr. Deputado, mas não faz ideia.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Já não se pode rir?

O Orador: Pode-se, mas também posso falar, certamente!

Deputado Clélio Meneses (PSD): Pode!

O Orador: Muito obrigado.

Perante essas notícias, o Governo, imediatamente, agiu e agiu bem, e é de toda a justiça aqui sublinhar esse aspecto e realçar esta prontidão do Governo, na pessoa do Sr. Presidente.

Foi graças a essas iniciativas e a essas diligências do Sr. Presidente do Governo que se assegurou a manutenção do posto consular em New Bedford, no Estado de Massachussets, para além da abertura de uma outra representação no sul da Califórnia, numa região neste momento completamente descoberta, cuja distância das nossas comunidades ao

consulado geral de São Francisco é na ordem das 10 ou 11 horas de carro, para além de ter também garantido a preservação de um outro quadro de representações que em muito salvaguarda os interesses das comunidades, como por exemplo, a questão das Bermudas já aqui falada pelo Sr. Deputado António Pedro Costa.

Perante o anúncio desta reforma e perante estas diligências que já referi do Governo Regional, o PSD entendeu apresentar o Projecto de Resolução, já aqui apresentado, e que basicamente defende que a Assembleia se deva pronunciar no sentido – e passo a citar o nº 1 – “da representação externa de Portugal nos Estados de Massachussets e Rhode Island, dever manter-se através dos actuais consulados de New Bedford e Providence”. É isto que o PSD recomenda.

É uma proposta perfeitamente legítima, reconhecemos, e aparentemente meritória, após uma análise séria e devidamente circunstanciada revela-se populista, precipitada e comprometedora.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): É a sua opinião, infundamentada!

O Orador: É a minha opinião, fundamentada. Aliás, o Sr. Presidente da Comissão assistiu à reunião, acompanhou bem os trabalhos e sabe que tenho razão. Custa-lhe a admitir, mas sabe que tenho razão!

Passo a explicar:

Populista, porque é apresentada na lógica da provedoria de ressentimentos em que se transformou o PSD, e que acatou contestações das nossas comunidades, legítimas, compreensíveis, mas que, a nós, nos obrigam a abordar esta matéria de acordo com a delicadeza da mesma (em nosso entender, o PSD não atendeu a esta delicadeza);

Precipitada, porque reduz as comunidades açorianas apenas aos Estados Norte-Americanos de Rhode Island e Massachussets, não perspectivando assim o interesse geral das nossas comunidades no quadro de todas as comunidades açorianas (repito: de todas as comunidades açorianas) e não apenas de duas, de acordo com aquilo que é a nossa obrigação e a nossa função nesta Assembleia Regional que nos obriga a considerar, por exemplo,

as nossas comunidades na costa Este e Oeste do Canadá, na costa Este dos Estados Unidos, em especial na Nova Inglaterra, na zona Oeste dos Estados Unidos em especial a zona da Califórnia, na América do Sul, Bermudas e outros locais;

Comprometedora, porque apresenta-se taxativa, não admitindo a possibilidade do fecho de alguma representação consular se o resultado global for a racionalização e a adequação do novo mapa consular à realidade actual da dispersão geográfica das comunidades açorianas.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): A convicção não é titubeante!

O Orador: É bom lembrar que um pronunciamento precipitado desta Assembleia poderá condicionar ou mesmo inviabilizar uma reforma que no global seja positiva para as nossas comunidades.

Deputado Francisco Coelho (PS): *Muito bem!*

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Outro exagero!

O Orador: Infelizmente, Sras. e Srs. Deputados, esta proposta do PSD não tem a latitude recomendável a um processo negocial com a sensibilidade deste.

Em conclusão diria que o Partido Socialista tem um grande orgulho em todas as nossas comunidades, e sublinho, em todas as comunidades açorianas.

O Partido Socialista congratula-se pela política do Governo Regional de apoio a essas comunidades a todas as comunidades dos Açores espalhadas por esse mundo fora.

O PS também entende a contestação ao fecho do consulado em Providence.

O Partido Socialista compreende o protagonismo assumido por alguns políticos norte-americanos na defesa da manutenção deste posto consular. Fazem o seu papel.

Todavia, o PS não confunde a parte com o todo e entende que aos políticos açorianos, a esta Assembleia, em particular, compete assegurar o interesse geral de todas as comunidades açorianas e não apenas de uma parte delas.

A nossa obrigação aqui é racionalizar as contestações e as tenções que, normal e saudavelmente, acontecem nessas comunidades. É isso que nós devemos fazer, é esta a nossa obrigação Srs. Deputados.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

O sentido de voto do Partido Socialista, hoje, nesta Assembleia, nesta matéria, considerando tudo o que foi referido anteriormente, não pode ser entendido apenas como uma questão de solidariedade, nem de simbolismo, Sr. Deputado António Pedro Costa.

O PS não mede, nem pode medir, a solidariedade e o simbolismo da nossa presença junto das comunidades, com todas as comunidades, pela manutenção ou não do posto consular de Providence. A questão é outra, Sr. Deputado António Pedro Costa.

No fundo, o que está aqui em causa é a capacidade de enfrentar decisões difíceis, quando tal se revela necessário, como agora se revela necessário. Portanto, o problema é outro.

Neste teste de enfrentar decisões difíceis, infelizmente, o PSD não se mostra à altura deste desafio.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e do Vice-Presidente do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Gomes.

(*) **Deputado Pedro Gomes (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Ouvi, com toda a atenção, o Sr. Deputado José San-Bento. Devo dizer que fiquei confundido inicialmente, porque ao invés de ter escutado um Deputado dos Açores, no Parlamento dos Açores, pareceu-me ter ouvido

uma intervenção do Secretário de Estado das Comunidades do Governo da República.

O Sr. Deputado começa por citar o Programa do Governo da República. Pois, bem! Prefiro citar o Programa do Governo da minha Região.

Deputado Clélio Meneses (PSD): *Muito bem!*

O Orador: E o Programa do Governo da minha Região diz (vou citar o ponto 3.2 - “Cooperação com as Comunidades”):

“1- Aproximar as comunidades dos Açores e os Açores das comunidades, no conhecimento actualizado e no relacionamento político, económico, científico, cultural e afectivo”.

Deputado José San-Bento (PS): Grande confusão, Sr. Deputado! É o que está a ser feito!

O Orador: O que está em causa no projecto de reforma consular são interesses dos Açores e, entre a defesa dos interesses dos Açores e a solidariedade com o Governo da República, a bancada do PSD nunca hesitará, escolherá sempre a defesa dos interesses dos Açores.

Deputado Clélio Meneses (PSD): *Muito bem!*

Deputado José San-Bento (PS): É preciso ter lata!

O Orador: Entre a defesa dos interesses das comunidades açorianas emigrantes de açorianos espalhados pelo mundo e as políticas do Governo da República, a bancada do PSD não hesitará, escolherá sempre a defesa dos interesses das comunidades açorianas espalhadas pelo mundo.

Deputado Clélio Meneses (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Aqui é bom que se diga, para que não haja dúvidas nestas matéria, que o Partido Social Democrata, quando se trata de defender os interesses dos Açores acompanha e acompanhará sempre também a actuação do Governo Regional.

Quero dizer com toda a clareza que o PSD subscreve os esforços feitos pelo Sr. Presidente do Governo Regional junto do Governo da República para obstar esta reforma consular que afecta interesses vitais dos Açores e que

afecta as comunidades açorianas nos Estados Unidos da América. Não haja dúvidas nesta matéria!

Por isso mesmo é que nós estranhámos hoje a posição do Partido Socialista, anunciada neste debate, sobre esta iniciativa do Partido Social Democrata, porque esta iniciativa visa traçar uma posição política do Parlamento Açoriano em defesa de interesses dos Açores e de interesses das comunidades portuguesas.

Quando a reforma consular, que está em discussão, afecta a representação junto do coração da comunidade portuguesa que reside nos Estados Unidos da América, a posição do parlamento açoriano só pode ser a de rejeitar essa posição, porque “belisca”, porque põe em causa, porque afecta os nossos emigrantes e os filhos de açorianos que estão nos Estados Unidos da América. Essa é que é a questão e é tão somente essa questão que está em causa no Projecto de Resolução apresentado pelo Partido Social Democrata.

É um projecto oportuno, porque a discussão ocorre neste momento e porque os interesses açorianos que são afectados pela reforma consular são os interesses que têm a ver com os consulados portugueses existentes em New Bedford e Providence.

É um projecto adequado, porque a reforma consular em causa pretende encerrar estes dois consulados naquilo que diz respeito à representação portuguesa junto das comunidades açorianas nos Estados Unidos da América do Norte.

É ganho de causa a abertura de uma representação portuguesa no Sul da Califórnia. Se se concretizar, muito bem! Mérito do Governo Regional, mérito de quem a apoia e mérito da capacidade de influenciar o Governo da República.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Mas neste momento a questão é outra!

O Orador: Mas eu quero mais, porque a questão é, de facto, outra. É que a representação consular existente não deve encerrar. Eu fico satisfeito se

ganharmos mais uma representação junto de uma comunidade portuguesa num Estado onde não há essa representação.

Eu não quero politicamente (e não devemos politicamente ceder neste aspecto!) que se encerre uma representação consular, um consulado numa zona onde há uma comunidade açoriana. Essa é que é a questão fundamental. Quanto a esta questão fundamental a posição do PS resume-se a concordar e a dar por adquirido que o encerramento do consulado de Providence é uma boa medida e nisso nós estamos afastados do Partido Socialista. Achamos que o encerramento do consulado de Providence é um erro político, é um erro estratégico na afirmação de Portugal junto dos Estados Unidos da América.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): *Muito bem!*

O Orador: E mais do que isso, é um sinal errado da política externa portuguesa e é um sinal errado na relação dos Açores com os Estados Unidos.

Eu não compreendo, e a bancada do Partido Social Democrata não compreende, como é que o Partido Socialista não pode votar favoravelmente esta resolução, porque esta resolução na sua essência...

Deputado José San-Bento (PS): Não foi isso que eu disse. O senhor ouviu o que eu disse? Não ouviu!

O Orador: ... é a afirmação e a valorização dos interesses dos Açores projectados num país aliado e num país onde há uma fortíssima comunidade açoriana.

Mais do que isso, é a afirmação também de uma dimensão de política externa portuguesa que vai ser esquecida pelo voto que a bancada do Partido Socialista inconsequentemente vai dar.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Ouvi também com muita atenção a intervenção do Sr. Deputado José San-Bento. O Sr. Deputado reconhece que estamos perante uma decisão difícil que, naturalmente, a acontecer este fecho do consulado em Providente, afectará as nossas comunidades aí residentes. Queria pedir-lhe alguns esclarecimentos nessa matéria.

Fechando Providence e abrindo outro, estamos aqui com uma moeda de troca. Não me parece que seja bem a postura a ter, mas foi isso que percebi da intervenção do Sr. Deputado José San-Bento.

Deputado Clélio Meneses (PSD): E foi isso que foi dito!

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Percebeu bem. Pode manter-se nessa linha que vai bem!

O Orador: Vamos aqui saber se é preciso prescindir de um para ficar com o outro. Julgo que não é o caminho correcto, julgo que devíamos ficar com os dois.

Depois também não vejo por que é que esta Assembleia não se pode associar ao Governo, às excelentes iniciativas que o Sr. Presidente do Governo tem tido (reconheço-lhe o mérito nessa matéria, sem nenhum problema e o empenho que ele tem tido junto das nossas comunidades) e ter uma palavra a dizer na reformulação da rede consular, Sr. Deputado José San-Bento.

Se essa reformulação passa por fechar um consulado, temos que saber se esse consulado é importante ou não e aí perceber, na tal racionalização, se faz sentido fechá-lo ou não. Esta é a questão básica que temos que perceber e que é fundamental.

É claro que é preciso, e todos nós entendemos, em determinadas áreas, racionalizar, mas temos que racionalizar tendo em conta o prejuízo que eventualmente possamos causar.

Esta modernização das novas tecnologias, o novo consulado virtual leva-me a ter algumas reticências que possa ser um modelo útil para os nossos emigrantes.

Em conclusão, reconhecendo o esforço do Governo nessa matéria, parece-me que também seria de aprovar esta proposta do Partido Social Democrata que

visa não fechar um consulado e aí é que reside a questão fundamental: qual é a comunidade portuguesa que lá reside? Quantos são? Que serviços presta este consulado? Tem afluência ou não? E como é que se resolve isto nesta reestruturação consular? Fechando este, onde é que fica o mais próximo? Qual o acesso dos nossos cidadãos a essa rede?

Muito obrigado.

Presidente: Srs. Deputados, ainda tenho várias inscrições para este debate, mas como já atingimos a hora regimental para almoço, pedia aos Srs. Presidentes dos Grupos Parlamentares e ao Sr. Vice-Presidente do Governo para se aproximarem da mesa para acertarmos o nosso calendário.

(Pausa)

Tem a palavra o Sr. Deputado José San-Bento.

(*) Deputado José San-Bento (PS): Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Deputado Pedro Gomes:

O senhor veio aqui tentar fazer um exercício de alguma forma notável de corrigir a posição, a precipitação e o erro do PSD em apresentar esta proposta.

A proposta, Sr. Deputado, da forma como eu a expus ali e da forma incisiva e clara com que falei (é óbvio que sustentei e qualquer pessoa compreende isso), não é oportuna e não defende os interesses dos Açores.

Esta é uma medida de racionalização e é bom que se acentue esse aspecto.

Nós estamos a falar do encerramento de um consulado no mais pequeno Estado da federação americana, cuja distância...

Deputado Lizuarte Machado (PS): Ouça esta parte!

O Orador: ... ao consulado de New Bedford é inferior a uma hora.

Deputado Lizuarte Machado (PS): *Muito bem!*

O Orador: Inferior a uma hora, Sr. Deputado Pedro Gomes, no padrão de mobilidade nos Estados Unidos é o que se costuma a dizer *just around the corner*.

O que está em causa é, sim, a necessidade de se racionalizar esta estrutura de representação consular. É bom que se recorde que inicialmente havia a possibilidade de encerramento dos dois, mas graças à intervenção do Sr. Presidente do Governo manteve-se esta questão de New Bedford e houve aqui necessidade de ponderar a situação.

Atendendo ao circunstancialismo, Sr. Deputado Artur Lima, o Governo da República expressou, face às influências do Governo Regional, aquilo que faria sentido.

Entre Providence, com cerca de 26.000 inscritos e New Bedford com 45.053 inscritos, entre um consulado com cerca de 2.500 actos em 2006 e um outro com mais de 6.000, agregou-se estas duas unidades naquele que tinha maior expressão e que correspondia àquilo que é a racionalização.

Com isso também apresentou, conforme já referi, a intenção de abrir um posto consular na cidade de Ontário, no Sul da Califórnia, cobrindo uma comunidade também muito significativa, Sr. Deputado Artur Lima, com várias dezenas de milhares de açorianos, que estão situados na zona Sul da Califórnia, na periferia da cidade de San Diego e também a sul da cidade de Los Angeles, em vários condados, e onde há grandes comunidades açorianas originárias sobretudo do Grupo Central do nosso arquipélago. Foi isso que se assegurou.

Esta medida, do nosso ponto de vista, tem grandes vantagens se nós considerarmos, repito, as nossas comunidades. É bom que se diga, e é bom que fique claro, que as nossas comunidades, no Estado de Rhode Island e no Estado de Massachussets, têm os seus interesses perfeitamente assegurados. Se nós considerarmos o redesenho da rede consular, articulado com aquilo que propositadamente o Sr. Deputado Pedro Gomes ignorou da minha intervenção do consulado virtual, todas aquelas medidas relacionadas com os actos administrativos consulares que passam a ser feitas por uma componente de base tecnológica, nós podemos assegurar que as nossas comunidades têm todas as condições e terão todo o apoio.

Gostava também de dizer, Sr. Deputado Pedro Gomes, que o senhor não pode (e referi de certa forma isso na minha intervenção) reduzir o apoio às nossas comunidades à questão do posto consular de Providence. Peço imensa desculpa, mas isso não é correcto.

Aquilo que o Governo Regional tem feito ao nível do apoio aos emigrantes, ao grande número de entidades ligadas ao associativismo nas nossas comunidades, é verdadeiramente notável e isso, sim, é que é uma componente muito importante da acção governativa do Governo Regional e a citação que eu fiz do Programa do Governo da República foi para enquadrar aquilo que é uma reforma coerente com aquilo que o PS disse na campanha eleitoral.

Portanto, o Governo da República, que é quem tem competência de formular essa rede consular, está a fazer aquilo que disse que iria fazer. Portanto, é bom também sublinhar esse aspecto.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo:

Apenas para, em síntese, reiterar tudo aquilo que eu referi na minha intervenção de tribuna. Creio que foi perfeitamente clara e creio, sobretudo, que o PSD tenta agora emendar a mão e, face à intransigência da sua proposta que se reduz apenas a dois Estados Norte Americanos, tenta agora inverter a situação ao vir aqui falar, sem razão, como eu demonstrei, na salvaguarda do interesse das nossas comunidades.

Aquilo que verdadeiramente salvaguarda o interesse das comunidades açorianas, que nós temos muito orgulho nelas, é esta reforma, é esta proposta que o Governo da República está a fazer.

Por isso, a nossa rejeição a esta proposta do PSD. Como eu referi, é uma proposta precipitada e, sublinho, comprometedora.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

Deputados José Manuel Bolieiro e Pedro Gomes (PSD): Não apoiado!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Pedro Costa.

(*) **Deputado António Pedro Costa (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

É verdade que esta reforma consular irá permitir a modernização consular e uma melhor qualidade de atendimento. Tudo isto é plausível, é verdade.

Mas se quiséssemos defender, apenas e tão só, a racionalidade, que os senhores da bancada do PS estão a apregoar, teríamos que ir para outra solução que não apenas a localização em New Bedford do consulado para servir toda a área da Nova Inglaterra, mas sim relocar este consulado não em New Bedford mas em Fall River. Aí, sim, seria uma defesa racional, mas não estamos aqui a defender isso.

Deputado José San-Bento (PS): O senhor diz isso por uma questão de comodismo!

O Orador: Num Estado com grande expressão portuguesa, como é exactamente Rhode Island, nós não poderíamos, nem podemos defender, que se encerre o consulado de Providence.

Eu posso compreender que haja uma preocupação de solidariedade entre governos ou entre partidos, mas custa-me, Sr. Deputado, encontrar uma razão plausível...

Deputado Lizuarte Machado (PS): Isto é uma razão racional do todo!

O Orador: Posso entender todas as vossas preocupações, mas, sinceramente, não seria de bom tom que nós, nos Açores, virássemos as costas àquilo que os nossos emigrantes estão a instar-nos e tão pouco não seria plausível faltar à solidariedade que a nossa diáspora está a pedir-nos neste momento.

O Governo está a defender, e bem, esta proposta, está a defender junto do Governo da República uma racionalidade, mas a uma só voz, falando aqui, tanto a Assembleia como o Governo, estamos a dar um sinal que não nos esquecemos, não viramos as costas aos nossos emigrantes da diáspora.

Sobretudo, pela envolvimento que está a ter, pelas as manifestações que estão a ter lugar, tanto em Providence como em Massachussets, seria de bom tom que nós não virássemos as costas a esse pedido veemente da nossa diáspora.

Estamos aqui exactamente para dizer que esses laços também são a extensão dos Açores no Norte da América. Eles precisam que nós, desta vez, os defendamos junto do Governo da República desta grande inspiração de não acabar com este simbolismo, com o encerramento do Estado Rhode Island.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Gomes.

(*) **Deputado Pedro Gomes (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Em nenhum momento, em nenhum tempo e em nenhuma circunstância a política externa de um Estado ou de uma Região se pode medir por uma dimensão meramente económica ou sequer economicista.

A política externa faz-se como afirmação do Estado no exterior junto dos aliados, faz-se como projecção do Estado junto de terceiros, não se faz, nem se mede pela avaliação casuística e pontual do custo financeiro de uma deslocação, da manutenção de uma representação consular, ou de uma representação diplomática.

Aquilo que está a acontecer aqui, e que nós depreendemos da posição do Partido Socialista, é que as questões de economia sobrepõem-se às questões de princípio; que as questões de economia sobrepõe-se aos interesses estratégicos do país...

Deputado José San-Bento (PS): Sr. Deputado, não entre por aí! Ninguém disse nada disso!

O Orador: ... e que as questões economicistas de poupança de alguns milhares de euros sobrepõem-se à defesa dos interesses dos Açores.

A bancada do Partido Social Democrata – sublinho este aspecto e repito para que não haja dúvidas – do ponto de vista dos Açores, não tem hesitações. Não se rende perante a vontade do Governo da República de encerrar dois consulados no coração da diáspora açoriana nos Estados Unidos da América do Norte.

A posição do Partido Socialista aqui neste debate e quanto a esta matéria é uma rendição a Lisboa e é uma sujeição a uma posição do Governo da República.

Pergunto mesmo, porque fico com essa dúvida, se há dois Partidos Socialistas? Se há o Partido Socialista interpretado pelo Sr. Presidente do Governo que bate o pé a Lisboa nesta matéria e que consegue até a abertura de um consulado ou de uma representação diplomática no Sul da Califórnia, e um Partido Socialista aqui que se conforma com o encerramento do consulado de Providence?

Deputado Francisco Coelho (PS): Vocês estão obcecados pelo Partido Socialista!

O Orador: Não estamos, Sr. Deputado Francisco Coelho.

Esta é a questão essencial.

É de estranhar, e é um momento triste...

Deputado José San-Bento (PS): O papel que está a fazer é que é muito triste!

O Orador: ... para este Parlamento, que o Partido Socialista, em nome da sujeição ao Governo da República, evite que o Parlamento Regional, que é de expressão plural, que tem deputados de todos os Açores, e de três partidos políticos, não possa expressar com clareza, junto da Assembleia da República e junto do Governo da República, uma oposição de princípio de defesa dos interesses dos Açores e de rejeição de uma proposta de reforma consular que afecta os interesses vitais dos Açores, porque é isto que fundamentalmente está em questão, os interesses vitais dos Açores. E como açorianos e autonomistas que somos, não podemos deixar de recusar esta visão que Lisboa nos quer impor em matéria de estrutura consular e representação consular portuguesa.

Lamentamos (o Partido Social Democrata lamenta!) que o Partido Socialista mais uma vez prefira escolher Lisboa ao invés de escolher os interesses dos Açores.

Deputado Mark Marques (PSD): *Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

(*) **Deputado José Manuel Bolieiro (PSD):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Este Projecto de Resolução é, antes de mais, para que fique claro, uma afirmação da Autonomia e também do seu poder de influência na representação externa de Portugal em comunidades onde a sua maioria são comunidades açorianas.

É a afirmação do país e do peso dos Açores na atlanticidade portuguesa no Continente Americano. Aliás, citando o Presidente do Governo, “é preciso que Portugal se expresse e esteja mais presente nas comunidades portuguesas nas Américas”. Esta declaração, recentemente feita no Uruguai por parte do Sr. Presidente do Governo, merece a nossa concordância.

Passar da palavra aos actos seria hoje, perante este projecto em concreto, assegurar que a Região tenha posição firme quanto à presença portuguesa nas comunidades, designadamente nos Estados Unidos da América.

Se, de facto, a política externa não se faz apenas pela versão administrativa e económica, mas pelo simbolismo da presença, mais razão tem afinal de contas este projecto quando quer assegurar uma posição contra o encerramento de um consulado num estado independente da Federação Americana onde, de entre 300 mil portugueses, 80% são açorianos.

Este Projecto de Resolução tem simbolismo político e tem racionalidade na presença consular do país nos Estados Unidos da América. A racionalidade é esta. A vossa gestão administrativa, economicista e de sujeição é que é anti-racionalidade, porque uma racionalidade conformada com um projecto político de Autonomia faria com que o Partido Socialista, se houvesse coerência, estivesse firmemente ao lado deste projecto, contra o encerramento de um consulado nos Estados Unidos, onde há uma forte presença açoriana na comunidade portuguesa lá presente.

De racionalidade, falemos assim. É irracional este mapa.

Este Projecto de Resolução tem todo o sentido e oportunidade porque tem uma manifesta posição contra o encerramento.

Qualquer alteração do mapa consular de Portugal no país deve merecer o acompanhamento da Região e, em particular, a inclusão na avaliação desta reforma do mapa consular por parte do Governo Regional. Muito bem, estamos todos de acordo, mas ele deve ser no sentido de reforço e não de diminuição e de fragilidade.

Por isto, esta resolução é concreta porque perante um facto concreto, uma ameaça concreta de encerramento, nós nos insurgimos e insurgimo-nos bem e racionalmente.

Deputado Clélio Meneses (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Sr. Deputado San-Bento, o senhor invocou uma série de argumentos, todos eles de pouco fundamento e não foi em função da consideração, mas da confusão dos mesmos, que concluiu pela rejeição deste Projecto de Resolução do PSD.

Deputados Clélio Meneses e Pedro Gomes (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Invocando a coerência e desmentindo a sua preocupação quanto ao risco taxativo deste Projecto de Resolução que podia complicar a negociação, o que eu digo, Sr. Deputado, é que esta observação é um exagero e, como sempre, o exagero ofende a verdade.

Este era um bom instrumento para garantir mais um capital negocial por parte do Governo Regional, assegurado por este Parlamento, junto do Governo da República na defesa da sua representação consular na América, seja ela na costa Leste, seja na costa Oeste.

Deputado José San-Bento (PS): Está completamente enganado!

O Orador: Sr. Deputado, o que o senhor disse significou pouco, porque foi mais confusão do que qualquer consideração.

A rejeição deste projecto é, sobretudo, uma ofensa para uma afirmação da Autonomia e defesa, designadamente das comunidades açorianas nos Estados Unidos e, em particular, em New Bedford e Providence.

Deputado Pedro Gomes (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Nós estamos profundamente convictos da justeza e da oportunidade deste Projecto de Resolução e estamos sendo solidários com

uma comunidade emigrante, de maior percentagem de açorianos, mas sobretudo também dando um exemplo ao país de como deve assegurar a sua representação consular no atlantismo nos Estados Unidos da América e na expressão de política externa...

Deputado José San-Bento (PS): O senhor não sabe o que está a dizer!

O Orador: ... de Portugal que considera as comunidades açorianas, designadamente naquela parte do mundo.

Portanto, nós estamos convictos, não recuamos um passo que seja neste Projecto de Resolução e nos seus objectivos políticos e de influência do Parlamento na definição de política externa do país.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José San-Bento.

(*) **Deputado José San-Bento (PS):** Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Secretários Regionais:

À parte da demagogia habitual do PSD, há uma coisa que resulta perfeitamente desta discussão, é que o PSD “pôs o pé na poça” e confundiu a parte com o todo. Isso parece-me perfeitamente claro e as pessoas que acompanharam este debate apreenderam isso sem qualquer problema.

Esta reforma consular, Sr. Deputado José Manuel Bolieiro, ...

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): É um passo atrás!

O Orador: ... tem todo o sentido e é uma racionalização. Digo-lhe mais, e isso foi referido na Comissão (o senhor ignorou isso propositadamente): esta reforma ainda mantém uma rede consular ao nosso país muito superior à de outros países mais ricos e com uma tradição de emigração até superior a Portugal, como é o caso, por exemplo, da Irlanda e da Itália. Portanto, o senhor não tem razão absolutamente nenhuma naquilo que aqui referiu.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Tenho toda a razão!

O Orador: O Partido Socialista, Sr. Deputado Pedro Gomes, Sr. Deputado José Manuel Bolieiro e Srs. Deputados do PSD, rejeita em absoluto esta terminologia de sujeição e rendição a Lisboa.

O Partido Socialista tem uma história e tem um património político nesta Região e na sua acção governativa que fala por si, fala bem alto e muito nos orgulha.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Eu não generalizei!

O Orador: Portanto, esse tipo de acusação só tem a ver com o desespero e com a falta de argumentos do PSD. É bom que isto fique claro e também é bom que fique claro um exercício que é muito fácil de fazer, Srs. Deputados: perante uma reforma, perante aquilo que já foi assegurado pelo Governo Regional e aquilo que nós consideramos que é uma medida racionalizadora muito positiva para as nossas comunidades e que está neste momento a ser enquadrada com outras reformas que estão a ser feitas noutras zonas de comunidades, os senhores imaginem o que é, após esse processo negocial, a influência exercida, e muito bem, pelo Sr. Presidente do Governo, imagine o que é ver um Secretário de Estado ou um Ministro dos Negócios Estrangeiros que pega numa resolução destas e que vê o órgão máximo dos Açores a afirmar taxativamente que aquilo que mais deseja nesta reforma é manter o consulado de Providence.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Não é isso!

O Orador: É isso, é a leitura política deste acto, Sr. Deputado.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Isso é demagogia!

O Orador: Não é demagogia nenhuma.

Por isso é que esta proposta é comprometedora.

Portanto, para o Partido Socialista, Sr. Presidente, e para concluir, salvaguardar o interesse de todas as nossas comunidades e interpretar o papel correcto de defesa e de dignificação da Autonomia é votar contra este projecto do PSD.

Muito obrigado.

Deputado António Pedro Costa (PSD): E esquecer os emigrantes!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

(*) **Deputado José Manuel Bolieiro (PSD):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Não creio que se justifique ampliar em demasia o debate, até para evitar o espaço demagógico de alguma argumentação nesta matéria. Esta é uma matéria muito séria.

Primeiro, o Sr. Deputado deve cingir-se à letra e ao espírito, neste caso, do proponente do Projecto de Resolução. Vou ler, só para perceber, o quanto desequilibrada está a sua observação. O Projecto de Resolução, em dois dos seus parágrafos diz:

“Anunciada pelo Governo da República a reforma do mapa consular de Portugal, deve mostrar-se inteligível e pautar-se pela importância da presença portuguesa e da sua administração no estrangeiro.” Portanto, nós queremos que toda a alteração do mapa consular seja inteligível e que assegure uma forte e importante presença de Portugal na sua administração no estrangeiro.

Deputado José San-Bento (PS): Isso é palha!

O Orador: Nós estamos limitados a uma coisa, mas não conhecemos sequer qual é esse mapa. Agora sabemos, de forma pública, que há uma ameaça de extinção e, por causa desta ameaça, nós insurgimo-nos e dizemos:

“Perante a ameaça de extinção de alguns consulados nos Estados Unidos, onde vivem importantes comunidades de luso-descendentes açorianos, não é possível que a Região Autónoma dos Açores e os seus órgãos de governo próprio deixem de tomar posição, por iniciativa própria, na defesa dos interesses do país e daquelas comunidades.”

Sr. Deputado, ou a sua frenética pré-disposição para contrariar uma proposta do PSD é que o leva a dizer o que diz, ou então não leu o que está...

Deputado Francisco Coelho (PS): O Sr. Deputado não leu os preliminares!

O Orador: Não senhor, está incluso nos preliminares e na nota deliberativa, Sr. Presidente do Grupo Parlamentar do PS.

Portanto, para que fique reafirmada a posição do Grupo Parlamentar do PSD nesta matéria, nós o que pretendemos é que o Estado assegure naturalmente uma racionalização no mapa consular e assegure eventualmente a economia de procedimentos administrativos utilizando as novas tecnologias para poder poupar alguns tostões nas despesas de representação externa. No entanto, isso tudo pode fazer-se e não está comprovado que só se pode fazer com o encerramento de alguns consulados, pelo contrário. Em nossa opinião há muito a provar por parte do Governo da República quanto às oportunidades de racionalizar o mapa, utilizar as nossas tecnologias para diminuir despesas de representação, sem necessidade de recorrer ao encerramento de alguns dos consulados.

Nós consideramos que o encerramento do consulado de Providence é um erro.

Não estamos contra as diligências do Sr. Presidente do Governo para que outros consulados se abram nos Estados Unidos da América. É óbvio que sim. Venha mais informação sobre a reforma desse mapa consular que estaremos atentamente e actualizados para poder tomar posição perante eles.

Agora, uma concreta ameaça de encerramento mereceu da nossa parte a convicta afirmação contrária a esta eventual decisão de encerramento.

Deputado Pedro Gomes (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Quando a isso não tenha dúvidas.

Estamos, quanto a esta ameaça, convictos de que é um erro. Estamos contra e queremos que o Parlamento assuma uma posição de estar contra o encerramento. Não significa isso que estejamos contra uma racionalização do mapa consular, uma economia procedimental das despesas da representação externa do país, mesmo com recurso às novas tecnologias.

Agora, a representação externa do Estado faz-se com simbolismo e é simbólico para o país estar num estado independente com consulado próprio como é o Estado de Rhode Island nos Estados Unidos da América.

Deputado José San-Bento (PS): Um estado independente?!

O Orador: Um estado, sim. Um estado da federação. Pode estudar ciência política que eu dou-lhe tempo, se quiser.

Muito obrigado.

(Risos da Câmara)

Presidente: Não havendo mais inscrições, vamos votar este Projecto de Resolução apresentado pelo PSD.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Projecto de Resolução foi rejeitado com 28 votos contra do PS, 17 votos a favor do PSD e 1 voto a favor do CDS/PP.

Presidente: Passamos ao ponto seguinte: **Relatório sobre as medidas já implementadas e das que visam prosseguir tendo em vista o aproveitamento dos recursos eólicos dos Açores com vista à produção de energia, conforme Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, n.º 2/2006/A, de 23 de Fevereiro.**

Tem a palavra o Sr. Deputado Henrique Ventura.

Deputado Henrique Ventura (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Relatório sobre as medidas já implementadas e das que visam prosseguir tendo em vista o aproveitamento dos recursos eólicos dos Açores com vista à produção de energia, conforme Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, n.º 2/2006/A, de 23 de Fevereiro.

CAPITULO I

INTRODUÇÃO

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, no dia 25 de Janeiro de 2006, encarregou a Comissão Permanente de Economia de fazer um levantamento dos objectivos traçados para a presente legislatura relativamente ao aproveitamento da energia eólica e respectiva contribuição para a produção de energia nos Açores, tanto em termos globais como por ilha, investimentos financeiros realizados e os que estão previstos realizar, bem como, apoios da União Europeia obtidos ou esperados. Elaborar e apresentar relatório sobre aquela matéria, conforme Resolução n.º 2/2006, de 23 de Fevereiro.

Esta Resolução resulta de um Projecto de Resolução apresentado pelo Partido Popular que o justifica com a necessidade, cada vez mais premente, da Região conseguir alternativas para a energia gerada através da utilização de combustíveis fósseis.

O Projecto refere que desde 1988 têm sido feitas experiências de aproveitamento da energia eólica. Presentemente existem alguns parques eólicos com contribuições significativas para a produção industrial. Os ventos nos Açores, particularmente em algumas ilhas, podem constituir uma potencialidade. O Programa do IX Governo Regional aposta na continuação da política de construção e ampliação de parques eólicos, com o objectivo do recurso crescente a energias renováveis e a diminuição dos consumos de energias poluentes. O Projecto pretende que seja feito um levantamento dos objectivos traçados para a presente legislatura sobre esta matéria, investimentos realizados e a realizar e apoios obtidos ou a obter da União Europeia.

CAPÍTULO II

ENQUADRAMENTO JURÍDICO

O presente Relatório é apresentado ao abrigo da alínea g) do art. 42.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

CAPÍTULO III

DESENVOLVIMENTO

A Comissão Permanente de Economia, na sua primeira reunião após a aprovação da Resolução n.º 2/2006, de 23 de Janeiro de 2006, decidiu ouvir, em audiência, as seguintes entidades ou personalidades:

- O Secretário Regional da Economia;
- A Agência Regional de Energia e Ambiente da Região Autónoma dos Açores “ARENA”;
- A Empresa de Electricidade dos Açores SA;
- Os professores da Universidade dos Açores: - Mário Alves e Félix Rodrigues.

A Comissão decidiu também visitar o parque eólico da ilha das Flores.

Na mesma reunião, o Deputado Artur Lima do PP, como proponente da Projecto de Resolução, fez a apresentação do mesmo.

No debate que se gerou entre os Deputados foi referida a necessidade da diminuição da emissão de CO₂ nos Açores, por parte da EDA, cumprindo objectivos ambientalistas e ao mesmo tempo evitando as multas relativas à mesma emissão.

AUDICÃO DO ADMINISTRADOR DELEGADO DA ARENA

No dia 28 de Março de 2006, na delegação da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, na cidade de Ponta Delgada, foi ouvido em audiência pela Comissão Permanente de Economia, o Dr. Teófilo Braga, Administrador Delegado da Agência Regional de Energia e Ambiente da Região Autónoma dos Açores “ARENA”.

O Sr. Delegado começou por fazer uma apresentação da Agência e as iniciativas que têm sido levadas a cabo pela mesma, nomeadamente diversos estudos sobre potencial eólico, aproveitamento de energias renováveis, produção de energia através de bio-massa, energia solar, iluminação pública, entre outras.

Em relação à produção de energia eólica referiu que os Açores têm grande potencial para a produção de acordo com o estudo realizado pelo INEGI. Determinados locais são de difícil acesso. Existem áreas SIC e ZPE que gozam de protecção ambiental. É necessário reanalisar os estudos já efectuados, colher mais informação meteorológica e as medições devem seguir as normas actuais. Enumerou os diversos parques eólicos existentes nos Açores e as produções dos últimos anos. Referiu, ainda, que essa produção não pode ser superior a 10% da produção local.

No debate que se seguiu entre os membros da Comissão foi referida a necessidade de apostar em energias renováveis, de forma a cumprir o Protocolo de Quioto. Os Deputados questionaram, também, se iriam ser instalados parques eólicos em S. Miguel, Terceira, Faial e Pico e quem o iria fazer, se a EDA ou a ARENA.

O Administrador Delegado disponibilizou o estudo elaborado para ARENA sobre o potencial eólico da Região Autónoma dos Açores efectuado pelo Instituto de Engenharia Mecânica e Gestão Industrial e que se anexa ao presente relatório.

AUDIÇÃO DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA EDA

O Senhor Presidente EDA começou por referir a importância da energia eólica como alternativa ao consumo de petróleo. A pressão dos mercados emergentes como a China e a Índia; o consumo de 25% do petróleo mundial pelos Estados Unidos; as reservas finitas de petróleo e a previsão do pico de consumo em 2020, são razões mais que suficientes para ser necessário encontrar fontes alternativas de energia, como por exemplo o hidrogénio que, por enquanto, ainda não é viável para exploração. Na RAA, a EEG está encarregue de produzir esta energia alternativa. Continuando disse que a produção de energia eólica apenas representa 2% da produção total, que a RAA nunca poderá depender a 100% das energias renováveis, ser a energia térmica a mais fiável, os Açores serem nove mercados isolados e pequenos, tendo, por isso, a energia eólica uma baixa penetração na Região. Concluindo disse ser a produção de energia geotérmica a prioridade da EDA, embora nunca possa ser a única, e que a energia eólica nunca poderá crescer muito mais.

O Eng.º Jaime Medeiros complementou dizendo ter a RAA elevado potencial para a produção de energia eólica, mas cada ilha ser um sistema isolado, ao contrário do continente. Não ser a energia eólica uma potência garantida, sendo, por isso, necessário manter a produção de energia térmica para não haver interrupções. Mais acrescentou que em certas ilhas o patamar da produção eólica já está preenchido, não sendo possível produzir muito mais. Apontou os exemplos das ilhas Flores e Graciosa onde a produção de energia eólica é superior ao seu aproveitamento, tendo em conta que esta energia só pode ocupar cerca de 20% da produção, de forma a ser mantido um ponto de equilíbrio que é necessário respeitar por razões técnicas e económicas.

O Eng. David Estrela apresentou de seguida os parques eólicos existentes na Região Autónoma dos Açores, os valores de produção de energia eólica nas diversas ilhas, onde existe energia eólica e seu peso em cada um dos sistemas eléctricos, bem como os estados de ponta e de vazio destas ilhas:

Ilha	Parque	Ano	Potência kW
S. Maria	Figueiral B	2002	3 x 300
Graciosa	Serra Branca A	1992	2 x 100
Graciosa	Serra Branca B	2002	2 x 300
S. Jorge	Pico da Urze A	1991	4 x 100 + 150
S. Jorge	Pico da Urze B	2002	2 x 300
Pico	Terras do Canto	2005	6 x 300
Faial	Lombas dos Frades	2002	6 x 300
Flores	Boca da Vereda	2002	2 x 300

Ilha de Santa Maria

Produção em MWh	2004	%	2005	%
Produção Térmica	15 580	87,2	16 457	87,4
Produção eólica	2 283	12,8	2 374	12,6
Ponta kW	3 428	-	3 445	-
Vazio kW	1 103	-	1 300	-

Ilha Graciosa

Produção em MWh	2004	%	2005	%
Produção Térmica	9 033	83,8	9 918	85,5

Produção eólica	1 751	16,2	1 675	14,5
Ponta kW	2 048	-	2 066	-
Vazio kW	619	-	538	-

Ilha de S. Jorge

Produção em MWh	2004	%	2005	%
Produção Térmica	20 736	86,4	22 434	89,5
Produção eólica	3 250	13,6	2 625	10,5
Ponta kW	4 109	-	4 305	-
Vazio kW	1 272	-	1 020	-

Ilha do Pico

Produção em MWh	2004	%	2005	%
Produção Térmica	39 074	100	36 422	91,6
Produção eólica	0	0	3 360	8,4
Ponta kW	6 790	-	7 014	-
Vazio kW	2 720	-	2 740	-

Ilha do Faial

Produção em MWh	2004	%	2005	%
Produção Térmica	45 149	93,4	47 075	93,4
Produção Eólica	2 710	5,6	2 908	5,8
Produção Hídrica	471	1	423	0,8

Ponta kW	8 481	-	8 716	-
Vazio kW	3 210	-	3 090	-

Ilha das Flores

Produção em MWh	2004	%	2005	%
Produção Térmica	3 759	38	4 493	43,8
Produção Eólica	1 769	17,9	1 606	15,6
Produção Hídrica	4 351	44	4165	40,6
Ponta kW	1 740	-	1 916	-
Vazio kW	711	-	765	-

Produção Global Açores

Produção em MWh	2004	%	2005	%
P. Térmica Fuel	503 809	71,7	576 629	76,9
P. Térmica Gasóleo	72 224	10,3	56 640	7,6
Produção Hídrica	30 408	4,3	30 869	4,1
P. Geotérmica	83 969	11,9	70 668	9,4
Produção Eólica	11 766	1,7	14 551	1,9

Seguiu-se um período de debate onde os Deputados colocaram algumas questões, nomeadamente sobre a produção de energia geotérmica, em que ilhas a sua produção é possível e qual a capacidade máxima de produção. Ainda, em relação à energia eólica, se já foi atingido o máximo da sua utilização.

Em resposta foi referido que a produção de energia geotérmica tem maior viabilidade nas ilhas de S. Miguel e Terceira e que pode chegar a cerca de 30% do total da energia produzida. Em relação à energia eólica, foi dito que a mesma está a ser utilizada, no máximo, apenas em duas ilhas, Flores e Graciosa e que irá ser ampliado o parque da ilha de Santa Maria e serão

construídos dois parques na ilha Terceira, na serra do cume, com a potência de 4 MWh (5x800) e na ilha de S. Miguel, no planalto dos graminhais. Este último investimento está dependente da potencial existente em energia geotérmica.

Nesta reunião foi ainda entregue um conjunto de informações estatísticas relacionadas com a produção e consumos de energia na Região que se anexa ao presente relatório.

AUDICÃO AO PROFESSOR DOUTOR FELIX RODRIGUES

No dia 23 de Junho de 2006, na delegação de Angra do Heroísmo, da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, a comissão ouviu o Professor Doutor Félix Rodrigues, tendo este começado por afirmar que o aproveitamento da energia eólica difere consoante a ilha. Que o Grupo Ocidental tem mais potencialidades do que o Oriental, devido ao regime de ventos. Que a energia produzida por centrais térmicas garante maior qualidade, enquanto que a eólica introduz perturbações na rede. Que em termos gerais o máximo de produção de energia eólica admissível é de 30%.

Referiu que a aposta na produção de energia eólica diminui a emissão de CO₂ para a atmosfera, no entanto, do ponto de vista paisagístico pode ter algum impacto negativo. A energia eólica só tem encargos com a compra dos aerogeradores. As realidades das várias ilhas são muito distintas. No Caso da ilha Terceira para um aproveitamento máximo do potencial eólico seriam necessários instalar 130 aerogeradores com a potência de 330 KW.

No debate gerado, os Deputados colocaram diversas questões relacionadas com os mapas de ventos, com a potência dos aerogeradores industriais, com a potência instalada na ilha Terceira e o aproveitamento dos recursos, nomeadamente, solares, biomassa, eólicos ao nível de autoconsumo e

hídricos. Foram, também, levantadas algumas dúvidas em relação à utilização de aerogeradores domésticos nas cidades dos Açores e sua rentabilidade.

Em resposta às questões levantadas o Doutor Félix Rodrigues disse que a existência de um aerogerador doméstico implica a instalação de um armazenador de energia, que a instalação dos mesmos, por exemplo, em Angra do Heroísmo enquanto cidade património, iria alterar muito a paisagem, que os mapas de ventos são fundamentais e que os mesmos devem ser feitos à micro-escala, devido à existência de microclimas. Entende que a região deveria fazer um melhor aproveitamento do biogás, devido à grande produção de agro-pecuária.

AUDICÃO DO PROFESSOR DOUTOR MARIO ALVES

No dia 23 de Junho de 2006, na delegação de Angra do Heroísmo, da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, a comissão ouviu o Professor Doutor Mário Alves que iniciou a sua intervenção dizendo ser a energia eólica o principal recurso renovável da RAA. Disse ser a RAA a zona da Europa com maior potencial de energia eólica. Que o seu aproveitamento não pode ultrapassar os 30% do total da energia produzida. Sugeriu que a energia excedentária seja utilizada na produção de combustível, e por essa razão, entende que na ilha Terceira poderia ser produzir 200 MW. Defende, igualmente, que a produção de energia eólica deveria ser concentrada em plataformas flutuantes. A RAA tem recursos suficientes para satisfazer as necessidades de energia dos Açores e do Continente, substituindo os combustíveis fósseis.

No debate que se gerou com os Deputados foram colocadas questões sobre aerogeradores domésticos, custo de construção, produção doméstica e venda de excedentes à EDA, se a Serra do Cume seria uma boa

localização para um parque eólico na ilha Terceira e se seria possível a utilização de plataformas marítimas.

O Doutor Mário Alves disse ser a Serra do Cume um bom local para a instalação de aerogeradores na ilha Terceira, que a opção da EDA pela exploração da geotermia ainda não é segura na ilha Terceira, todavia se for viável é mais interessante e rentável, que a produção doméstica ainda não é viável por a instalação ser muito cara e a rede pública não estar preparada para receber os excedentes. Mais acrescentou ser possível a utilização de plataformas marítimas visto serem utilizadas para a exploração petrolífera.

VISITA AO PARQUE EÓLICO DA ILHA DAS FLORES

No dia 6 de Setembro de 2006, a Comissão visitou o parque eólico da ilha das Flores, tendo sido acompanhado pelo Eng. Hélio Freitas, o qual deu explicações sobre o funcionamento do parque.

O parque eólico das Flores, denominado “Boca da Vereda”, instalado em 2002, é constituído por dois aerogeradores com a potência de 300 kW cada.

Referiu que em 1997 a ilha dependeu da energia hídrica em 70%. Em 2005 a produção de energia eólica representava 15,6%, do total de energia produzida e a produção de energia hídrica 40,6%, valores que colocam esta ilha como um exemplo de aproveitamento das energias renováveis. Mais acrescentou não ser possível deixar de produzir energia térmica naquela ilha, porque durante o Verão pode faltar a água para a produção de hídrica e vento para a produção de eólica.

AUDICÃO DO SECRETÁRIO REGIONAL DA ECONOMIA

No dia 10 de Janeiro de 2007, ouviu em audição na delegação de Ponta Delgada, da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, o Secretário Regional da Economia, tendo este informado que em 2004 foram feitos 2 estudos sobre a potencialidade da energia eólica nos Açores e a injeção dessa energia na rede pública de distribuição. Referiu ser necessário continuar a produção de energia térmica, ser a energia eólica mais barata e rentável em todas as ilhas excepto em S. Miguel. Nesta ilha a produção de energia geotérmica é a mais rentável. A renovação dos parques eólicos tem sido feita desde 2002. Na ilha Terceira será efectuado o investimento previsto para a Serra do Cume. Em S. Miguel, o investimento previsto para os Graminhais está condicionado ao sucesso com o furo do Pico Vermelho, o qual está a produzir acima do esperado. Sobre o PROENERGIA disse já existirem candidaturas, embora nenhuma delas seja para a produção de energia eólica.

No debate gerado os Deputados solicitaram esclarecimentos sobre a possibilidade das redes de distribuição serem remodeladas de forma a poderem absorver a produção de energia eólica, já que a mesma é rentável. Como irá reagir o GRA e EDA se os privados apostarem em parques eólicos? Se o GRA prevê a criação de incentivos para a instalação de aerogeradores domésticos, nomeadamente os que tenham menor impacto ambiental?

O Secretário respondendo às questões postas disse ser difícil os privados investirem em parques eólicos, atendendo à falta de dimensão que o torne competitivo e à EDA ter financiamento assegurado pelos fundos comunitários, daí que aquela empresa deva fazer todo o investimento necessário. Acrescentou que os sistemas de incentivos estão a ser reformulados e que nos mesmos está prevista uma linha de apoio para algumas energias alternativas. Concluindo disse que os processos são evolutivos e que o GRA estará atento.

CAPÍTULO IV

CONCLUSÕES

Após a audição às diversas entidades e personalidades referenciadas no capítulo anterior e através da documentação entregue, a Comissão, em reunião realizada para o efeito, reiterou as seguintes conclusões:

1 – A Região Autónoma dos Açores é constituída por nove ilhas cujos sistemas eléctricos não possuem qualquer interligação. Apesar de grandes semelhanças conceptuais entre os sistemas de algumas ilhas, o aproveitamento e capacidade de aceitação de energia das fontes renováveis são diferentes de ilha para ilha.

2 – O aproveitamento da energia eólica para a geração de electricidade, nos Açores, exige um conjunto de condições a ter em consideração, desde o nível de recurso e características do regime de ventos à capacidade de aceitação da energia gerada por parte do sistema eléctrico, passando pelas características do terreno e pelas condicionantes várias à implantação dos parques de aerogeradores.

3 – O “Estudo do Potencial Eólico, na Região Autónoma dos Açores”, realizado em 2004, pelo Instituto de Engenharia Mecânica e Gestão Industrial (INEGI), a pedido da Agência Regional de Energia e Ambiente dos Açores (ARENA), conclui que a Região possui um enorme potencial eólico, e que das outras fontes renováveis podendo ser utilizadas na geração de electricidade, para além da geotermia, é a eólica que reúne condições para, no imediato, poder dar um contributo significativo ao sistema electroprodutor da Região.

4 – Existe em funcionamento desde há mais de uma década alguns parques eólicos na Região. Os parques eólicos estão instalados em seis das nove ilhas. Nestes existem 27 aerogeradores, que representam sete MW de potência eólica instalada. Nos últimos quatro anos foram instalados 21 aerogeradores de 300 KW cada.. (três em Santa Maria, dois na Graciosa, dois em São Jorge, seis no Pico, seis no Faial e dois nas Flores). Este ano prevê-se instalar na ilha Terceira um parque eólico de quatro MW e na ilha de S. Miguel está previsto um parque para o Planalto dos Graminhais, este último está dependente do investimento que está a ser feito no projecto geotérmico do Pico Vermelho.

5 – Nos anos de 2004 e 2005 a Produção de Energia Eólica foi de 11 766 e 14 551 MWh respectivamente, representado 1,7% e 1,9% da produção global de Energia dos Açores. Ao nível das ilhas que possuem parques eólicos a produção eólica tinha em 2005 os seguintes pesos: S. Maria 12,6%, Graciosa 14,5%, S. Jorge 10,5%, Pico 8,4%, Faial 5,8% e Flores 15,6%.

6 – O Estudo realizado pelo INESC – Porto “avaliação da capacidade de integração de energias renováveis em redes das ilhas dos Açores” de Maio de 2004, conclui que os potenciais de integração de produção renovável totalizam cerca de 35 MW até 2010, correspondendo a potências passíveis de serem aceites no sistema, desde que o recurso primário esteja disponível, não estando incluído nesta potência os reforços de capacidade de produção geotérmica previstos para S. Miguel e Terceira. A pequena dimensão dos sistemas eléctricos de algumas ilhas e pelo facto já existirem parques eólicos, fazem com que a aceitação de capacidade geradora de base renovável, para além da já instalada, seja diminuta.

7 – No Programa do IX Governo Regional no domínio da “energia” destaca-se o seguinte objectivo: “Incentivar o aproveitamento dos recursos energéticos endógenos e renováveis e a utilização racional de energia”. Para a sua concretização propõe-se “implementar os projectos em curso de exploração dos fluidos geotérmicos nas ilhas Terceira e S. Miguel e

prosseguir com a política de construção e ampliação dos parques eólicos e de centrais hídricas” para que 2008 a componente renovável da produção de energia eléctrica atinja os 40%”.

8 – A produção de energia eólica por privados, em especial as famílias, poderá no curto prazo tornar-se uma realidade, devido aos avanços tecnológicos que desenvolvem e aos incentivos previstos no Sistema de Incentivos “Proenergia”.

9 – A obrigação de redução da emissão de gases com efeito de estufa, por via do cumprimento do Protocolo de Quioto, valoriza os investimentos para o aproveitamento das energias renováveis, que conduzam à redução do consumo da energia produzida com combustíveis fósseis. Deste modo as energias renováveis, para além de contribuírem para a diminuição da dependência energética do exterior, são actualmente também valorizadas do ponto de vista económico, dado que a produção térmica tradicional, emissora de gases de efeito de estufa, está confrontada com limitações à sua expansão.

10 - As limitações técnicas de aceitação de energia eólica, por parte das redes de distribuição, condicionam o aproveitamento deste recurso. Deverão, por isso, ser incentivados projectos de I&D que contribuam para a minimização deste constrangimento.

Ponta Delgada, 6 de Fevereiro de 2007.

O Relator: *Henrique Correia Ventura*

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

Presidente: *José de Sousa Rego*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

O CDS/PP trouxe este Projecto de Resolução a esta casa que classificamos como útil e com objectivos muito claros.

De facto, permitiu-nos ficar a conhecer melhor esta realidade das energias renováveis, sobretudo na vertente eólica, que com o elevado preço do petróleo, esta energia, obviamente juntamente com outras, vai permitir-nos reduzir as dependências do exterior, vai permitir-nos também poupar na factura das emissões de CO₂ para a atmosfera e permite também à EDA ser a principal beneficiária desta redução de emissão de CO₂, porque é ela quem mais expete CO₂ para o ar. É um potencial que tem margem para crescimento.

Percebemos que as nossas redes são todas micro-redes e pese embora algumas ilhas já tenham excedido, infelizmente, a sua capacidade de produção na energia eólica até ao ponto de não provocar instabilidade na rede, há também outras que podem crescer e ficamos naturalmente satisfeitos com a perspectiva da construção do parque eólico na Terceira e em São Miguel. Terceira que tem excelentes condições de vento para a instalação de um parque eólico (finalmente vai ter o seu – uma das conclusões desta comissão).

Também julgamos que permitiu-nos ver a capacidade instalada e qual a margem de crescimento até àquele ponto de equilíbrio entre a rede normal e a quantidade de produção que se possa fazer para a rede e, conjugado com o PROENERGIA naturalmente os privados também aumentarão um bocadinho essa produção até aos 20% que é o limite máximo.

Este tipo de trabalho feito por esta Comissão permite também ao Governo tirar algumas conclusões e tomar outras posições no seguimento do seu Programa do Governo. Permite-nos também, à oposição, fazer um juízo mais completo aquando da apreciação do Plano e Orçamento, obviamente fazendo um acompanhamento construtivo da actividade governativa com este tipo de iniciativas.

Por último queria congratular-me com o trabalho da Comissão e com a colaboração de todas as entidades que foram ouvidas e do Governo Regional. Este tipo de trabalhos dignifica esta casa, a colaboração institucional e, em última análise, a democracia.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Carla Bretão.

Deputada Carla Bretão (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Este relatório que hoje é presente a esta casa apresenta um tema que realmente assume uma importância indiscutível nos nossos tempos, a energia.

O PSD, desde sempre, tem mostrado bastante preocupação com este tema alertando sempre para o facto de que a Região deve, seriamente, apostar neste sector como fundamental para o seu desenvolvimento.

É de salientar que nesta matéria os Açores têm dado pequenos passos, penso que temos sido pouco ambiciosos.

Todos sabemos as dificuldades com que nos enfrentamos nesta matéria. Que o digam os consumidores que cada vez mais pagam e continuam a existir grandes problemas de fornecimento em diversas ilhas.

Como ficou demonstrado neste relatório, a Região Autónoma dos Açores continua extremamente dependente dos combustíveis fósseis. Os valores de 2004 representam uma utilização de cerca de 82% e em 2005 vemos esse valor aumentar para mais de 2,5%. Ou seja, devíamos estar a assistir a uma redução e não a um aumento.

Como é conhecido e defendido por muitos, as nossas condições naturais oferecem potencialidades únicas para a produção de energias renováveis.

Deste modo podemos e devemos, acima de tudo e cada vez mais, neste sector, sermos ambiciosos e apostar cada vez mais nessas nossas condições.

É reconhecido, a nível nacional, que a Região tem uma clara oportunidade para construir o sector com afirmação a nível internacional e, neste sentido, contribuir para atingir as metas impostas pelo protocolo de Quioto.

Estamos ainda muito aquém, no entanto, é necessário registar que há uma recente evolução, que há passos que estão a ser dados e temos que nos congratular por isso.

No entanto, e apesar de existirem algumas dúvidas e posições contraditórias relativamente à possibilidade ou não da total independência energética dos Açores, o Partido Social Democrata sempre defendeu, continua a defender e vai continuar a tentar dar contributos positivos no sentido de que a Região Autónoma passe a ser mais independente.

Para isso, é necessário apostar cada vez mais na investigação, na produção, no consumo de energias renováveis, tendo como objectivo final a nossa total independência a esse nível.

Penso que os Açores têm potencialidades que muitos não têm e temos que apostar neste sector. Para isso penso que o nosso desenvolvimento poderá dar um salto muito grande se tivermos essa visão.

Obrigada.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Rego.

(*) **Deputado José Rego (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Relativamente ao relatório feito pela Comissão de Economia gostaria de realçar dois ou três aspectos que fazem parte das suas conclusões. Um está relacionado com o empenhamento que a Região tem tido na implantação da energia eólica nos Açores.

Esse empenhamento aparece em dois aspectos: um, é o estudo científico que tem sido feito, quer pela ARENA, quer pelo INEGI, no sentido de se conhecer melhor a nossa realidade em termos dessa fonte renovável que é a energia eólica. O outro aspecto que queria salientar são os investimentos que foram feitos e os investimentos que se pensa fazer no próximo futuro no domínio da energia eólica.

Em relação àquilo que disse a Sra. Deputada Carla Bretão, que tem sido pouco audacioso o empenhamento da Região no investimento das energias eólicas, gostaria de lhe dizer que é necessário distinguir energias eólicas, de energias renováveis, porque nos Açores o papel desenvolvido em ambas as energias tem sido bastante relevante.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Tem sido muito pouco. Já devia estar projectado!

O Orador: Nas energias eólicas a Região tem uma história que vai para 20 anos. Foram instalados alguns pequenos parques eólicos, ou principalmente um na Ilha de Santa Maria.

Se tivesse lido com cuidado e tivesse acompanhado o trabalho que a Comissão desenvolveu, verificava que de 27 aerogeradores, nos últimos 4 anos, foram instalados 21 aerogeradores, o que quer dizer que nesta área a Região tem acompanhado, tem feito investimentos importantes e, na Ilha Terceira, o investimento que vai fazer na Serra do Cume, quase que duplica em termos de potência instalada aquilo que há hoje na Região.

Portanto, ao introduzir 4 MWh em termos de energia eólica na Ilha Terceira, é muito importante o trabalho que se desenvolver e que se irá continuar a desenvolver nesta matéria.

Relativamente à penetração das energias renováveis e da energia eólica, há que salientar que se a energia eólica hoje representa só 2% do sistema eléctrico dos Açores, em algumas ilhas o seu peso está praticamente nos limites, tal qual aponta o estudo.

Há ilhas onde não pode haver uma penetração tão grande já da energia eólica, porque o próprio sistema não é capaz de aceitar essa energia, por isso é que recomenda que se continue a estudar em níveis científicos a possibilidade de penetração de mais energia eólica, porque é uma energia que não é tão boa como a térmica e a geotérmica, em termos da sua frequência que coloca na rede, ora mais, ora menos. Isso provoca flutuações no sistema e é necessário haver outro tipo de energias para satisfazer as necessidades das nossas ilhas.

Queria realçar ainda o empenhamento da Região no domínio das energias renováveis.

No final do ano transacto, a Região Autónoma dos Açores, juntamente com outras regiões da Europa, quer locais, quer regionais, assinou uma declaração, declaração essa que é a Declaração das Regiões Europeias para a

Eficiência de Energia e Fontes de Energia Renováveis, na qual a nossa região, como muitas outras regiões da Europa, compromete-se a aumentar a quota da energia renovável, impulsionar a eficiência da energia nas nossas regiões, reconhecendo que a eficiência da energia e as fontes de energias renováveis são os alicerces mais importantes do desenvolvimento sustentável, devido ao seu contributo para a protecção do clima e do ambiente, para a criação de postos de trabalho locais e crescimento económico, para a segurança do fornecimento de energia, para a independência em relação às oscilações do preço da energia, bem como para a coesão social e de inovação.

Essa declaração é um documento importante que a Região se comprometeu junto com outras regiões no qual a energia eólica, como as outras energias renováveis, estão integradas.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

Secretário Regional da Economia (*Duarte Ponte*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Gostaria de vos dar uma boa notícia nesta área. No mês de Janeiro, em São Miguel, 49% da energia eléctrica produzida foi de origem renovável, o que faz modificar totalmente o panorama dos números que a Sra. Deputada aqui apresentou. Ou seja, no mês de Janeiro cerca 25% de toda a energia eléctrica produzida já foi de origem renovável, o que é muito bom. O furo geotérmico no Pico Vermelho foi um grande sucesso. Ele está a produzir muito para além do esperado e contamos, se continuar a ter os resultados que estão a ter, poder vir a injectar lá ainda mais 10 MWh, o que será um excelente sucesso. Este furo tem mais produção que todos os furos que nós temos nos CL 1, CL 2, CL 3, CL 4, CL 5, em conjunto.

Continuamos a trabalhar no processo geotérmico da Ilha Terceira.

A nível regional a geotermia, pelo menos em São Miguel que é onde nós temos dados, é a fonte de energia mais barata e mais competitiva.

Retirada a geotermia, e retirada também a Ilha de São Miguel, a energia eólica é também, em termos empresariais, a melhor opção que a EDA pode

ter, ou seja, ela é, em termos empresariais, mais competitiva que a energia térmica em todas as ilhas dos Açores, à excepção de São Miguel onde a diferença entre a térmica e a energia eólica é já mínima.

Portanto, a aposta na energia eólica é uma aposta correcta em termos empresariais e vai ser levada a cabo até ao máximo das suas potencialidades técnicas. Não iremos mais além se tecnicamente não for possível. É isso que estamos a fazer.

No que diz respeito aos privados, gostaria de anunciar aqui que o PROENERGIA que teve um início um pouco titubeante, agora está a ter uma grande procura e já temos 23 processos aprovados, num investimento acima dos 100 mil euros, mas se olharmos ao ritmo de aparecimento de candidaturas nos últimos 2 ou 3 meses, se nós fizermos uma extrapolação para o ano inteiro, podemos ter mais de 100 candidaturas anuais, o que é muito bom, porque o incentivo que estamos a dar é apenas de 25%. Muitas das pessoas estão a fazer um investimento maior para receber o máximo de incentivo que nós estamos a dar. Portanto, estão a ter um incentivo que anda à volta dos 20%, dos 18%, um incentivo inferior ao máximo. Isto significa que as pessoas estão a acreditar, estão a aderir ao PROENERGIA, o que é muito bom.

Também gostaria de dizer que os novos sistema de incentivos que nós iremos aprovar muito em breve nesta Assembleia, prevêm um estímulo muito forte para os privados, para valores relativamente mais elevados que o PROENERGIA. O PROENERGIA só ia até aos 200 mil euros.

Portanto, penso que a Região Autónoma dos Açores tem, neste aspecto, algo importante para demonstrar, não só ao país como também à Europa. Estamos a trabalhar a sério. Felizmente que temos duas potencialidades muito fortes, a geotermia e a energia eólica. Temos que explorar ambas ao seu máximo. Estamos a fazê-lo e temos uma estratégia coerente.

Há males que vêm para bem. A subida dos combustíveis fósseis fez com que a energia eólica, por exemplo, seja uma opção viável em termos económicos na Região.

As nossas empresas terão de optar pela energia eólica porque é a mais rentável. É evidente que nunca poderão evitar o equipamento térmico, porque nunca é uma energia garantida. Ao contrário, a energia geotérmica, por ser uma energia garantida, e a nossa experiência assim o indica, não precisa de equipamento térmico para segurar a sua fiabilidade ao longo do tempo.

Penso que estamos no bom caminho. As condições são propícias para que a Região Autónoma dos Açores seja um exemplo, no país e na Europa, de como se deve aproveitar os recursos endógenos e de transformar uma região de total dependência em combustíveis fósseis para uma dependência quase total das energias renováveis.

Presidente: Apresentado e debatido o relatório passamos ao penúltimo ponto da nossa Agenda da Reunião: **Pedido de autorização para prestar depoimento na qualidade de testemunha o Sr. Deputado Mark Marques.** Os Srs. Deputados que votam favoravelmente o relatório apresentado pela Comissão, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: O relatório foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Está assim o Sr. Deputado devidamente autorizado.

Finalmente, temos a **Proposta de Deliberação**, apresentada por mim próprio, **em que se declara findo o período legislativo de Fevereiro.**

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: A proposta de deliberação foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Srs. Deputados, muito obrigado.

Boa viagem de regresso às vossas ilhas e já agora se me permitem, para os mais divertidos, um bom Carnaval.

Eram 14 horas.

Deputados que faltaram à Sessão:

Partido Social Democrata (PSD)

Jorge Manuel de Almada Macedo

Partido Socialista (PS)

Luís Paulo de Serpa Alves

Nuno André da Costa Soares Tomé

Osório Meneses da Silva

(*) Texto não revisto pelo orador

A Redactora: *Maria da Conceição Fraga Branco*